



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

**A TERRITORIALIDADE DOS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET NO
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.**

SIDNEY CARDOSO SANTOS FILHO

RIO DE JANEIRO
2008

SIDNEY CARDOSO SANTOS FILHO

A TERRITORIALIDADE DOS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET NO
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Instituto de Geografia –
Como Requisito Parcial de Obtenção do Título de Mestre em Geografia.
Área de Concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação
Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires

Rio de Janeiro

2008

SIDNEY CARDOSO SANTOS FILHO

A TERRITORIALIDADE DOS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET NO
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Instituto de Geografia –
Como Requisito Parcial de Obtenção do Título de Mestre em Geografia.
Área de Concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação
Territorial.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Hindenburgo Francisco Pires – Orientador
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Professor Dr. Sergio Luiz Pereira da Silva
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

Professor Dr. Gláucio José Marafon
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Professora Dra. Sônia Vidal de Gama
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Rio de Janeiro

2008

Aos meus familiares, professores e amigos, pela dedicação e compreensão.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus e aos meus familiares, pai e mãe, pelo apoio, esmero e dedicação ao longo de minha formação educacional, assim como meus entes mais próximos, meus primos (a) e tios (a). Agradeço também a minha namorada e futura esposa: Ingrid, pelo amor sincero e dedicação.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o professor Hindenburgo Francisco Pires, pelas instigantes provocações acadêmicas, que possibilitou uma reflexão importante acerca do tema, além de sempre incentivar na organização das leituras que resultaram na elaboração desta dissertação.

Aos amigos da turma de pós-graduação, em especial a Marcus Anversa, Marcio Berbat, Fátima Borges, Adriana e André Lacerda, que sempre estiveram presentes com suas opiniões. Também merecem reconhecimento os colegas de curso que, de uma forma ou de outra, contribuíram com este trabalho.

Gostaria de agradecer ao corpo docente da UERJ pelo empenho e dedicação nas discussões acadêmicas travadas por ocasião do cumprimento das disciplinas do curso. Os debates e reflexões realizados foram fundamentais no amadurecimento e encaminhamento da temática estudada.

Aos amigos André Rocha, Arlan Marcelo, Margarida Santana, Marina Belorio, Alex Lamonica, Cândida, Daniel e Rubens Turques, Daniela, Raquel, Luciana e Julio Cezar, Michele Tacman, Candido Silva e Kátia Ramos, obrigado pelo apoio, sempre com palavras de incentivo em todo caminhar do mestrado.

Gostaria de agradecer ao senhor Ocino pela prestimosa colaboração na obtenção dos dados junto à secretaria de fazenda de Duque de Caxias, a especialista em Geoprocessamento pela UFF e amiga Giselma Pessoa que participou da dissertação diretamente na Elaboração dos Mapas. Agradeço também ao amigo Fernando Pita, Mestre em Língua e Literatura Latina (UFRJ) na revisão e construção do *resumen*, e à amiga Palmyra, Mestre em Lingüística Aplicada (UERJ), na construção do *abstract*.

Aos professores Gláucio José Marafon (UERJ) e Sergio Luiz Pereira da Silva (UENF) agradeço pela participação no exame de qualificação e também na defesa do mestrado, pelos valiosos comentários e sugestões que tanto enriqueceram este trabalho.

Enfim, a todas as pessoas que, diretamente ou não, contribuíram decisivamente para que nossos objetivos fossem alcançados.

“A cada minuto que passa, novas pessoas passam a acessar a Internet, novos computadores são interconectados, novas informações são injetadas na rede.” Pierre Lévy (1999, p. 111)

RESUMO

O propósito desta dissertação foi estudar os centros públicos de acesso à Internet no Brasil. A metodologia consistiu em identificar, como uma exemplificação, as territorialidades dos centros públicos de acesso à Internet no município de Duque de Caxias, um dos municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Entender como se arquitetam os centros públicos de acesso à Internet, bem como seu perfil e a espacialidade destes no recorte espacial em tela, compõem os objetivos específicos da presente dissertação. O quadro conceitual baseou-se em uma revisão bibliográfica que cobriu obras de geógrafos, assim como de áreas próximas, especialmente, a sociologia e a pedagogia. O tratamento de dados oficiais, de entidades públicas e privadas elucidaram a escolha do recorte espacial e a metodologia. A pesquisa de campo contribuiu para vislumbre da territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet sob uma escala distrital, permitindo assim o levantamento de proposições sobre a teia territorial das políticas públicas de inclusão digital no município em análise. O estudo concluiu que atualmente os centros públicos de acesso à Internet são um dos principais pontos de inclusão digital para boa parte da população brasileira, principalmente para jovens de baixa renda, e que a ação no território de *Lan Houses* e *Cybercafés* (centros de acesso pago) ainda se faz presente, mesmo quando há presença *Telecentros* (centros de acesso público).

Palavras chaves: Centros públicos de acesso à Internet, Inclusão Digital, Territorialidade, Duque de Caxias.

RESUMEN

El propósito de esta tesina fue el de estudiar los centros públicos de acceso a la Internet en Brasil. La metodología se constituyó en identificar, como ejemplificación, las territorialidades de los centros públicos de acceso a la Internet en el ayuntamiento de Duque de Caxias, uno de los de la Región Metropolitana del Estado de Río de Janeiro. Entender cómo se arquitectan estos centros públicos, bien como su perfil y su espacialidad en el recorte espacial en tela, componen los objetivos específicos de la presente tesina. El cuadro conceptual se ha basado en revisión bibliográfica que recurrió obras de geógrafos, así como de áreas próximas, especialmente, a la sociología y a la pedagogía. El tratamiento de datos oficiales, de entidades públicas y privadas han elucidado la elección del corte espacial y la metodología. La investigación de campo ha contribuido para vislumbrar de la territorialidad de los centros públicos de acceso a Internet bajo una escala distrital, permitiendo así el levante de proposiciones sobre la red territorial de políticas públicas de inclusión digital en el ayuntamiento bajo análisis. El estudio ha concluido que actualmente los centros públicos de acceso a Internet son uno de los principales puntos de inclusión digital para buena parte de la población brasileña, principalmente para jóvenes de baja renta, y que la acción en el territorio de *Lan Houses* y *Cybercafés* (centros de acceso pago) aún se presenta, aunque haya presencia de *Telecentros* (centros de acceso público).

Palabras-clave: Centros públicos de acceso a Internet, Inclusión Digital, Territorialidad, Duque de Caxias.

ABSTRACT

The purpose of the present study is to study the public centers of access to the Internet in Brazil. The methodology consists of identifying, as an example, the territoriality of the public centers of access to the Internet in Duque de Caxias, a town in Rio de Janeiro. The main aims of this work are to understand how the public centers of access to the Internet are devised, as well as their profile and also their spatiality in the spatial cut out. The concept frame was based on a Literature Review that included works of geographers, as well as common areas, such as sociology and pedagogy. The treatment of formal data, both from private and public entities, clarify the spatial cut out and the methodology. The fieldwork contributed to glimmer the territoriality of public centers of access to the Internet, on a district size, allowing the appearance of proposals about the territorial web of the public policies of digital inclusion in the town where the research is carried out. This research concludes the public centers of access to the internet are one of the main points of digital inclusion for most of the population from low income, and also that the action of the territory of *Lan Houses* and *Cybercafés* (where the access is paid) is still present, even with the presence of *Telecentros* (centers of free access).

Key words: Public centers of access to the internet, Digital Inclusion, territoriality, Duque de Caxias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Classificação dos países, segundo o conceito <i>e-readiness</i>	p.26
Quadro 2 – Total e o percentual populacional que não utiliza a internet no Brasil, segundo seus motivos.	p.29
Quadro 3 – Percentual do tipo de acesso em residência, segundo a renda <i>per capita</i> domiciliar.	p.34
Quadro 4 – Taxa de acesso e total de pontos de inclusão digital nos Estados brasileiros	p.39
Quadro 5 – Taxa de uso em residências e em centros públicos de acesso à Internet nas regiões metropolitanas brasileira.	p.46
Quadro 6 – Taxa de acesso à Internet em residência e centros públicos em áreas Urbanas, segundo as regiões de governo no Brasil.	p.47
Quadro 7 – Acesso à Internet e posse de computador nos BRICs	p.49
Quadro 8 – Total e o percentual de usuários de Internet que utilizam os centros públicos de acesso à Internet pagos e em casa no Brasil.	p.50
Quadro 9 – Percentual de acesso à Internet em <i>Lan Houses</i> e <i>Cybercafés</i> , segundo as regiões de governo no Brasil.	p.51
Quadro 10 – Perfil dos usuários dos usuários de “centros pagos” de acesso à Internet	p.57
Quadro 11 – Perfil dos usuários dos usuários de centros públicos de acesso à Internet gratuito	p.64
Quadro 12 – Atividades identificadas pelo projeto Repensar: município de Duque de Caxias	p.73
Quadro 13 – A população, PIB e IDH dos municípios da região metropolitana fluminense.	p.75
Quadro 14 – Total de Pontos de Inclusão Digital – PIDs e taxa de incluídos na região metropolitana fluminense.	p.80
Quadro 15 – Total de programas de inclusão digital no município de Duque de Caxias e a sua distribuição geográfica	p.82
Quadro 16 – Políticas Públicas de ensino, saúde e saneamento básico nos distritos do município de Duque de Caxias.	p.87

Quadro 17 – Listagem das <i>Lan Houses e CyberCafés</i> no município de Duque de Caxias	p.93
Mapa 1 – Percentual de PIDs em relação ao número de população por Estados brasileiros	p.41
Mapa 2 – Localização do Município de Duque de Caxias na Região Metropolitana Fluminense	p.70
Mapa 03 – Localização do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro e a sua divisão distrital	p.77
Mapa 4 – Divisão distrital dos pontos de inclusão digital no município de Duque de Caxias	p.85
Mapa 5 – Área de atuação do Programa <i>Baixada Digital</i> no Estado do Rio de Janeiro.	p.89
Mapa 6 – Divisão distrital dos centros públicos de acesso no município de Duque de Caxias	p.95

SIGLAS UTILIZADAS

AEMERJ – Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

CECIERJ – Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro

CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

CENEGRI – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais

CEPUERJ – Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CETIC – Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil

CDI – Comitê para Democratização da Informática

CID – Centro de Inclusão Digital

CIDE – Centro de Informações e Dados Estatísticos

DOM – Diário Oficial Municipal

EIC – Escolas de Informática e Cidadania

FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FIRJAM – Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro

GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA – *Institute for Connectivity Americas*

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

INTERNET – Rede Mundial de Computadores

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MIC – Ministério das Comunicações

LAN – *Local Area Network*

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NIC.br – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Brasil

ONGS – Organizações Não-Governamentais

ONID – Observatório Nacional de Inclusão Digital

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROINFO – Programa de Informática nas Escolas Públicas

PROCON – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

REDUC – Refinaria de Duque de Caxias

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECT – Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia

SEDEBREM – Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TIN – Telecentros de Informação e Negócios

UCA – Projeto Um Computador Por Aluno

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTI – *International Telecommunication Union*

SUMÁRIO

RESUMO	p.07
INTRODUÇÃO	p.15
CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO E A INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL.	p.20
1.1– Uma aproximação com o conceito de Território.	p.20
1.2 – A dimensão geográfica da Internet na inclusão dos territórios	p.23
1.3 – A dimensão passiva do programa de inclusão digital brasileiro.	p.29
1.3.1 – Amostra sobre a desigualdade territorial das políticas de inclusão digital no Brasil.	p.37
1.4 – Ensaio sobre a territorialidade nos centros públicos de acesso à Internet.	p.43
 CAPÍTULO II – OS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET.	 p.45
2.1 – Os centros públicos de acesso à Internet no Brasil.	p.45
2.1.1 – <i>Lan House e Cybercafé</i> , centros públicos de acesso à internet pago.	p.50
2.1.1.1 – A Lei nº 4.782 para <i>Lan House e Cybercafé</i> .	p.58
2.1.2 – <i>Telecentros</i> , centros público de acesso à internet gratuito.	p.60
2.2 – <i>Telecentro, Lan Houses e os Cybercafés</i> : indícios de um confronto territorial.	p.65
 CAPÍTULO III – O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS: UMA EXEMPLIFICAÇÃO.	 p.69
3.1 – Delimitando o recorte espacial: o município de Duque de Caxias.	p.69
3.2 – O município de Duque de Caxias no contexto metropolitano fluminense.	p.70
3.3 – Um panorama sobre os pontos de inclusão digital no município de Duque de Caxias.	p.79
3.4 – A espacialidade dos <i>Telecentros</i> e das <i>Lan Houses</i> no município de Duque de Caxias.	p.91
Á GUIA DE CONCLUSÃO	p.97
BIBLIOGRAFIA	p.102
ANEXO	p.108

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa visa contribuir para o estudo sobre os centros públicos de acesso à Internet no Brasil. Os centros públicos de acesso à Internet são pontos de distribuição de acesso onde o indivíduo comum pode usufruir de computador e equipamentos de conexão (linha telefônica e provedor) sem ter necessariamente a posse destes. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Bernardo Sorj (SORJ, 2003, pp. 66-67) descreve os centros públicos como centros de acesso coletivos, revelando que estes centros são resposta às dificuldades do acesso individual.

As questões que moveram a presente investigação são, sobretudo, frutos de uma trajetória acadêmica e profissional que se inicia em 2005, com a diplomação de Licenciado em Geografia e com a publicação de primeiro artigo versando sobre as *Lan Houses* na região da Baixada Fluminense, ao Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais – CENEGRI, e que continuou, especialmente depois da incorporação ao corpo de tutores da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ do consórcio CEDERJ, no ano de 2006, e da incorporação ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. A obtenção do título de Especialista em Geografia do Brasil, alcançado, no ano seguinte, com pesquisa sobre o tema da espacialização das *Lan Houses* no Município de Nova Friburgo manteve o traçado desta caminhada, assim como o ritmo (contínuo) de publicação e de apresentações em congressos, seminários e afins.

Cabe salientar que o presente trabalho de pesquisa, hoje voltado para o temário da territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet no município de Duque de Caxias, é

produto de esmerados debates ocorridos no dia-a-dia do curso de mestrado, e soerguido da proposta inicial apresentada no ante-projeto.

A justificativa da pesquisa deve-se, sobretudo, à representatividade que atualmente os centros públicos de acesso à Internet têm aferido no quadro geral de usuários brasileiros, e da proposta de exemplificar territorialmente a discrepância destes. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do ano de 2005, sobre o acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, os centros públicos de acesso à Internet fazem parte das principais modalidades de distribuição de acesso em todo Brasil (28% da população brasileira, segundo a pesquisa) acessam a Internet nestes centros.

O objetivo geral do presente trabalho consiste em identificar a espacialidade e o perfil dos centros públicos de acesso à Internet, pois, para tanto, utilizamos como palco da exemplificação dessa territorialidade o município de Duque de Caxias. Na busca pelo entendimento do objetivo prescrito para o objeto em tela, a problematização do temário compôs-se de questionamentos tais como: O que são centros públicos de acesso à Internet? Eles se diferem política ou economicamente? Como se arquiteta esta diferença? Tal diferença tem implicações territoriais? Os centros constituem-se como políticas de inclusão digital, sobretudo no Brasil? Quantos centros existem no Brasil? Qual a espacialidade desses centros no recorte sob análise? Tais questões nortearam a construção desta dissertação, e a acomodação das respostas contribuiu, especialmente, na escolha do recorte espacial para exemplificação das territorialidades subscritas por estes centros.

Na escolha do recorte espacial para exemplificarmos a ação dos centros públicos de acesso à Internet no território no período atual, o vislumbre do quantitativo de pontos de inclusão digital e a amostragem das taxas de inclusão digital por município configuraram-se como método para escolha dentre os municípios metropolitanos fluminenses. Em primeira instância esta

metodologia acomoda as amarras principais para a escolha do município-palco da presente pesquisa. Posteriormente, a divisão distrital institucionalizada pelo município possibilita um entendimento mais apurado sobre os elementos norteadores da territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet.

A proposta de um debate sobre o cenário da inclusão digital brasileira ocorre, a princípio, a fim de identificar o caminhar das políticas de inclusão digital, no que tange, sobretudo, a sua distribuição espacial. Entender as principais dificuldades existentes no processo de universalização da Internet configura-se como atributo essencial para melhor discorrermos sobre os indícios que levam a sociedade brasileira a utilizar-se dos centros públicos de acesso à Internet para conexão à rede mundial de computadores.

Os centros públicos de acesso à Internet são divididos basicamente em dois eixos, um estabelecido pela gratuidade, constituído através de políticas públicas de inclusão digital fomentadas por governos, organizações não-governamentais - ONGS e pela iniciativa privada - comumente chamado de *Telecentro*, que, para Sorj (2003, p. 67) corresponde ao principal instrumento de universalização do acesso à Internet em países em desenvolvimento. O segundo eixo é estabelecido pela mercantilidade, com os centros públicos de acesso à Internet pagos, que disponibilizam serviços de Internet mediante o aluguel de seus computadores. Estes são internacionalmente conhecidos como *Cybercafés*, e, segundo o professor Mark Warschauer, da Universidade da Califórnia (2003, pp. 110-111), em muitos destes locais a qualidade do acesso é melhor que a disponibilizada em casa.

Cabe salientar que, no Brasil, os centros públicos de acesso à Internet pagos também recebem o nome de *Lan Houses*, ou “*Casa de Jogos*”, devido basicamente a sua infra-estrutura física similar à de um *Cybercafé*, pois, além de disponibilizarem jogos eletrônicos, estas também atuam distribuindo acesso à Internet. Para que tal proposição pudesse ser propalada, realizamos

uma revisão bibliográfica em torno a elementos fundamentais no que tange à legislação à qual estão submetidos as *Lan Houses* e os *Cybercafés* no Brasil, bem como temos recorrido a trabalhos acadêmicos que utilizaram como recorte o objeto em tela.

Com o intuito de melhor entender a representatividade territorial promovida pelos centros públicos de acesso à Internet gratuitos e pagos, no Brasil, e, conseqüentemente, responder aos questionamentos que direcionaram os capítulos desta dissertação, foi-nos imprescindível o tratamento de alguns dados neste sentido.

O discurso que tecemos nos capítulos a seguir, prescreveu-se com base em dados importantes sobre temário da inclusão digital no Brasil, especialmente no que tange à relevância dos centros públicos de acesso à Internet. Foram tratados dados contidos em pesquisas como: a) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, sobre o Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal do ano de 2005, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, b) Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas empresas e nos domicílios brasileiros – TIC EMPRESAS e TIC DOMICÍLIOS do ano de 2007, desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, por meio do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação – CETIC.br e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Brasil – NIC.br; c) Mapa da inclusão digital brasileiro, existente deste de 2002, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, e d) Mapa da exclusão digital, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2003, assim como em dados obtidos em pesquisas efetuadas na rede mundial de computadores e no exercício de ida a campo.

Tendo por finalidade refletir criticamente sobre o uso que a sociedade brasileira tem feito dos centros públicos de acesso à Internet, sobretudo na tocante da exemplificação deste no território, utilizamos como principais referências os autores Bernado Sorj, Luiz Eduardo Guedes,

André Lemos, Mark Warschauer, Hindenburgo Pires, Sergio Amadeu, Cláudia Freitas, Cândido Silva, Milton Santos, Maria Laura Silveira, Rogério Haesbaert, Miguel Ângelo, Marcos Saquet, Manuel Ricardo Simões, Jan Carlos da Silva, Pedro P. Geiger, Maurício de Abreu, entre outros.

O presente trabalho está organizado em três capítulos ordenados de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, além da Introdução, da Guisa de Conclusão e da Bibliografia.

No primeiro capítulo, intitulado “O Território e a inclusão digital no Brasil”, analisaremos em primeira instância, a relação da inclusão digital na inclusão dos territórios, e, em segunda, o vislumbre do programa de inclusão digital sob uma perspectiva territorial, no que tange ao provimento desigual de suas políticas.

No segundo capítulo, intitulado “Os Centros públicos de acesso à Internet”, discorreremos sobre o uso que a sociedade tem feito destes pontos de distribuição de acesso. A partir do tratamento de dados que contemplam o temário em análise debateremos o perfil e a relevância dos centros públicos de acesso à internet no quadro geral de usuários brasileiros, análises que suscitaram indícios de um confronto ainda residual entre os centros públicos de acesso à Internet gratuitos e pagos.

Por fim, no último capítulo, intitulado “O município de Duque de Caxias: uma exemplificação”, apresentaremos e analisaremos brevemente o município de Duque de Caxias, acerca de sua evolução urbana e de sua participação econômica dentro do estado fluminense, e, a partir da aferição dos dados levantados na pesquisa de campo, poderemos inferir algumas hipóteses sobre a territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet na escala distrital.

E assim, com estes três capítulos, pretendemos, auxiliados por pensadores e munidos de dados de órgãos oficiais, levantar, de forma clara e objetiva, o debate sobre o estudo dos centros públicos de acesso à Internet no Brasil.

CAPITULO I – TERRITÓRIO E A INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL.

O presente capítulo tem por objetivo promover um debate sobre a relação entre o Território e a Inclusão Digital, e a partir então, vislumbrar um panorama sobre o programa de inclusão digital que se instala no Brasil. Cabe salientar que o conceito de território prescreve de um conceito complexo, o que nos condiciona a uma maior aproximação do conceito.

1.1 Uma aproximação com o conceito de Território.

A palavra território deriva do Latim *territorium* que significa terra que pertence a alguém (CORRÊA, 1995). O território, objeto de análise deste tópico, “é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78).

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses. O território é um destes conceitos complexos, substantivados por vários elementos e possui várias concepções. A concepção do conceito de território sobrevoou inúmeros momentos da história, segundo Saquet (2007, p.27), as relações de poder têm sido efetivadas historicamente de acordo com as características de cada sociedade. Ainda segundo autor (apud GOTTMANN: 1973/2005), ele descreve que a idéia de território já existia e era debatida já no século XV, ligada a questões políticas inerentes para época, por exemplo, a dominação de uma determinada área como ocorrera nas cidades-estados gregas, nas cidades romanas e em cidades italianas medievais, por conseguinte, soberanas territorialmente. Já Souza (1995, p.78) cita o fragmento do décimo capítulo do livro *A arte da guerra*, escrito cinco séculos antes de Cristo pelo chinês *Sun Tzu*, para apontar que o reconhecimento do conceito naquela época, não era apenas intuitivo tampouco teórico, prescrevia a importância do capital do espaço enquanto instrumento de conquista e

exercício do poder, exemplo das ancoras da historicidade do conceito que acabam a nos revelar a complexidade do mesmo.

De acordo com Silva (apud RONCAYOLO, 1986), outras ciências utilizam o conceito de território, como a biologia, para a delimitação da área de certas espécies; a zoologia, no espaço comportamental de espécies animais e suas formas de localização; a psicologia, no estudo da percepção e representação do espaço; e a antropologia, na demarcação da área de atuação de populações. Aliás, o embrião do conceito fora intuído a partir das ciências naturais e politizado pela Geografia somente no século XIX.

Segundo Corrêa (1995, p. 16), a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade objetivada por cinco conceitos chaves, que guardam entre si graus de parentesco, pois todos se referem à ação humana modeladora na superfície terrestre. Estes são: território, paisagem, região, espaço e lugar. O conceito de território é um dos conceitos chaves da Geografia, e que fora institucionalizado por Friedrich Ratzel, denominando como sendo este um espaço concreto determinado pelo solo apropriado por um grupo e formador de identidade.

De acordo com Saquet (apud RATZEL, 1990), o autor aponta que o solo é o elemento fundamental do Estado.

(...) o território, ora aparece como sinônimo de ambiente solo, ora como Estado-Nação e dominação; é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em que há uma organização social para sua defesa, sendo que esse Estado e território têm limites e fronteiras maleáveis. Há expedições de conquista de Estado, ultrapassando as fronteiras pré-estabelecidas (SAQUET, 2007, p. 31).

De forma que, o surgimento do conceito opera na Geografia, mais precisamente na tradicional Geografia Política, como espaço concreto em si, apropriado por um grupo social. Ratzel, expoente da Geografia Política na sua época. A obra *Politische Geographie* (RATZEL,

1988), oferece um exemplo do discurso sobre o território essencialmente fixado nos referenciais políticos do Estado.

Concepções e perspectivas sobre o conceito na Geografia

Segundo Haesbaert (2004, pp. 42–43), o território apresenta uma vertente predominante, que entende o território numa perspectiva materialista, isto se deve, muito provavelmente, a sua origem, por abarcar uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, a terra.

O autor (Ibid, p. 44) destaca três concepções de território dentro desta perspectiva, a primeira, denominada por naturalista; a segunda, econômica e por fim a política. Ao tratar destas concepções, o autor promove um amplo debate sobre o conceito de território e suas concepções e abordagens na obra *O Mito da Desterritorialização*, neste sentido incorporando uma densa leitura de obras consagradas sobre o conceito.

Na concepção naturalista, o conceito é tratado com uma vinculação do território com os comportamentos dos animais, Haesbaert (apud ARDREY, 1969[1967], p. 10) descreve a extensão territorial animal ao comportamento humano, aplicando neste sentido uma territorialidade. A concepção econômica, abordagem que privilegia a dimensão econômica do território, nesta a incorporação de termos como divisão territorial do trabalho (apud MASSEY, 1984) e “uso”, sobretudo, economicamente, definido por Santos & Silveira (2002), são partes de estudos profundos sobre esta concepção do conceito. Por fim, a concepção política do território, uma definição que associa o território a fundamentos materiais do Estado. Segundo Antas Jr. (2005, p. 68), “os sistemas normativos que constituem as diferentes formas do direito no mundo contemporâneo têm íntima relação com as formações territoriais”.

Posterior a vertente materialista, Haesbaert (2004, p. 69) aponta a perspectiva idealista, concebida sob uma “apropriação simbólica” do território. Para o autor, o trabalho que melhor

focaliza esta discussão do conceito na antropologia é a *Antropología del Territorio* de Jose Luis García, pois o mesmo descreve a autonomia do conceito em sua cadeira acadêmica.

Por fim, a perspectiva integradora, propalada pelo autor (Ibid, p. 74), descreve o território com uma leitura que não pode ser estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural, mas sim uma perspectiva que integra as diferentes dimensões sociais.

As diferentes concepções e perspectivas de território, no âmbito da Geografia, aprofundam o debate e exibem a complexidade do conceito, da mesma maneira que auxiliam e direcionam a abordagem do mesmo. Para nós, o entendimento sobre a inclusão digital prescreve em linhas gerais de uma perspectiva econômica do território, se valendo, sobretudo, de que “a informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 2006 p. 239).

1.2 A dimensão geográfica da Internet na inclusão dos territórios.

Entendendo o território como matriz da vida social, podemos dizer, segundo Haesbaert (2004, p. 313), que a imbricação entre exclusão social e desterritorialização parte do pressuposto que ambas as noções incorporam um caráter social multidimensional e que deve ser geograficamente contextualizado. A exclusão social é também um exclusão socioespacial e, por extensão uma “exclusão territorial”.

De acordo com Haesbaert (Ibid, p. 316), o conceito de exclusão social pode receber um também um outro tratamento, o autor lembra que o sociólogo brasileiro José de Souza Martins (1997) prefere utilizar a expressão “inclusão precária” ao invés de exclusão social. Cabe salientar, que não nos cabe, neste trabalho, aprofudarmos um debate sobre o conceito exclusão social, mas entender os seus desdobramentos contemporâneos como, neste caso, a exclusão digital, pois na

medida que a sociedade atual segue envolto de um intenso processo de acumulação capitalista, e que esta vive um período de profunda interação da ciência e da técnica, a esfera da exclusão digital compõem a esfera da inclusão dos territórios.

Para melhor discorreremos sobre a estreita relação entre inclusão digital e território, relação introduzida nos parágrafos acima, utilizaremos como base reflexões propaladas por Castells (2003, pp. 170- 184), sobre a Geografia da Internet e, por Sorj (2003, pp. 60-61), sobre a exclusão digital em escala mundial.

Para Castells (2003 pp. 170-171), a dimensão geográfica da Internet pode ser analisada com base em três perspectivas: a) a geografia técnica, que diz respeito à infra-estrutura de telecomunicação de Internet (conexões, distribuição de banda larga, linhas telefônicas); b) a geografia dos usuários, tratada com base nas taxas de penetração de usuários de Internet e c) a geografia econômica da produção da Internet, no que diz respeito à produção cognitiva da Internet.

Já para Sorj (2003, p.60), o conceito de *e-readiness* (e-prontidão) permite avaliar a situação relativa dos países dentro sistema internacional, quanto à penetração das novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, este conceito classifica os países em termos de desenvolvimento telemático. Porém o *e-readiness* não é o único, o autor descreve que há existência de fórmulas mais simplificadas definidas pelo número de pessoas com acesso às diversas tecnologias de comunicação e fórmulas complexas, que levam em consideração, entre outros, contextos institucionais, sistemas de regulação da área de telecomunicações, recursos humanos, sistemas de inovação e uso no conjunto da sociedade.

Segundo a *The Economist Intelligence Unit*, entidade que publica o ranking da *e-readiness* anual desde 2000, avalia o impacto acumulativo das economias de informação, segundo o viés tecnológico, econômico, político e ativos sociais de sessenta e nove (69) países

até o presente momento. O ranking do *e-readiness* apresenta a penetração dos usos e equipamentos da Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC em um país, este método utiliza quase 100 critérios quantitativos e qualitativos, organizado em seis categorias distintas para medir os vários componentes da reunião social, político, econômico de um país e desenvolvimento tecnológico, como podemos observar no quadro um (01). O nosso objetivo neste sentido é vislumbrar, com base no ranking do *e-readiness*, do ano de 2007, o enquadramento do Brasil em âmbito mundial.

Quadro 1 – Classificação dos países, segundo o conceito e-readiness

Economist Intelligence Unit e-readiness rankings, 2007

2007 e-readiness rank (of 69)	2006 rank	Country	2007 e-readiness score (of 10)	2006 score	2007 e-readiness rank (of 69)	2006 rank	Country	2007 e-readiness score (of 10)	2006 score
1	1	Denmark	8.88	9.00	36	37	Malaysia	5.97	5.60
2(tie)	2	US	8.85	8.88	37	39	Latvia	5.88	5.30
2(tie)	4	Sweden	8.85	8.74	38	39	Mexico	5.86	5.30
4	10	Hong Kong	8.72	8.36	39	36	Slovakia	5.84	5.65
5	3	Switzerland	8.61	8.81	40	34	Poland	5.80	5.76
6	13	Singapore	8.60	8.24	41	38	Lithuania	5.78	5.45
7	5	UK	8.59	8.64	42	45	Turkey	5.61	4.77
8	6	Netherlands	8.50	8.60	43	41	Brazil	5.45	5.29
9	8	Australia	8.46	8.50	44	42	Argentina	5.40	5.27
10	7	Finland	8.43	8.55	45	49	Romania	5.32	4.44
11	14	Austria	8.39	8.19	46(tie)	43	Jamaica	5.05	4.67
12	11	Norway	8.35	8.35	46(tie)	46	Saudi Arabia	5.05	5.03
13	9	Canada	8.30	8.37	48	44	Bulgaria	5.01	4.86
14	14	New Zealand	8.19	8.19	49	47	Thailand	4.91	4.63
15	20	Bermuda	8.15	7.81	50	48	Venezuela	4.89	4.47
16	18	South Korea	8.08	7.90	51	49	Peru	4.83	4.44
17	23	Taiwan	8.05	7.51	52	54	Jordan	4.77	4.22
18	21	Japan	8.01	7.77	53	51	Colombia	4.69	4.25
19	12	Germany	8.00	8.34	54(tie)	53	India	4.66	4.04
20	17	Belgium	7.90	7.99	54(tie)	56	Philippines	4.66	4.41
21	16	Ireland	7.86	8.09	56	57	China	4.43	4.02
22	19	France	7.77	7.86	57	52	Russia	4.27	4.14
23	22	Israel	7.58	7.59	58	55	Egypt	4.26	4.30
24	--	Malta*	7.56	--	59	58	Ecuador	4.12	3.88
25	25	Italy	7.45	7.14	60	61	Ukraine	4.02	3.62
26	24	Spain	7.29	7.34	61	59	Sri Lanka	3.93	3.75
27	26	Portugal	7.14	7.07	62	60	Nigeria	3.92	3.69
28	27	Estonia	6.84	6.71	63	67	Pakistan	3.79	3.03
29	28	Slovenia	6.66	6.43	64	64	Kazakhstan	3.78	3.22
30	31	Chile	6.47	6.19	65	66	Vietnam	3.73	3.12
31	32	Czech Rep.	6.32	6.14	66	63	Algeria	3.63	3.32
32	29	Greece	6.31	6.42	67	62	Indonesia	3.39	3.39
33	30	UAE	6.22	6.32	68	68	Azerbaijan	3.26	2.92
34	32	Hungary	6.16	6.14	69	65	Iran	3.08	3.15
35	35	South Africa	6.10	5.74					

* New to the annual rankings in 2007.
Source: Economist Intelligence Unit, 2007.

Fonte: The Economist Intelligence Unit 2007 – Ranking annual e-readiness de 2007

Sítio: http://www.eiu.com/site_info.asp?info_name=eiu_2007_e_readiness_rankings&rf=0#

Último acesso em 02/08/2008.

Com base no quadro acima, percebemos que houve um pequeno declínio no posicionamento do Brasil em termo de *e-readiness*. Em 2006, o Brasil ocupava a 41º, já em 2007

à 43ª posição. O aumento da pontuação de 5,29 (em 2006) para 5,45 (em 2007) na listagem do *e-readiness*, não ofertou uma melhor colocação no ranking, segundo Lemos (2007, p.16), “o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre os incluídos e excluídos tende a aumentar”. O que podemos perceber com isso, é que o avanço tecnológico não só inclui os territórios como também os condiciona¹, Santos (2006, p. 222) lembra que a condução do envelhecimento rápido do patrimônio técnico deve-se ao imperativo da competitividade, sobretudo dos lugares.

A listagem acima descreve a classificações dos países, segundo o conceito de *e-readiness*, Sorj descreve (2003, p. 60) que este método não possui uma relação direta com a exclusão digital no interior do país, mas o provimento de políticas de inclusão digital afeta diretamente na capacidade nacional em termo de *e-readiness*. Deste modo, prover políticas públicas para inclusão digital é possibilitar uma maior inserção dos territórios no tocante do mundo atual, mesmo que à maior universalização do acesso à Internet seja um instrumento para diminuir a exclusão social, contudo, para Sorj & Guedes (2005, p. 01), a introdução das novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, também produzem um efeito inverso: aumentam a desigualdade social. Santos (2006, p. 240) lembra que quanto mais “tecnicamente” contemporâneos são os objetos, mais eles estão subordinados a lógicas globais.

Para Lemos (2007, p. 16) é necessário compreender que é possível minimizar a pobreza e o analfabetismo com o uso das TIC, conseqüentemente aumentando a inserção dos territórios,

¹ “Em sintonia com o Governo Federal, que já elaborou o seu Plano de Aceleração do Crescimento, o Ministério da Ciência e Tecnologia apresenta à comunidade científica, tecnológica e empresarial e à sociedade brasileira o seu Plano de Ação para o período 2007-2010. (...) O principal objetivo do plano é definir um amplo leque de iniciativas, ações e programas que possibilitem tornar mais decisivo o papel da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) no desenvolvimento sustentável do País.” Sítio: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/66236.html> Último acesso em 22/08/2008.

Santos (2000, pp. 164-165) constata que, jamais houve na história sistemas técnicos tão propícios para reduzir as desigualdades no planeta:

As famílias de técnicas emergentes como o fim do século – combinado informática e eletrônica, sobretudo – oferecem a possibilidade de superação do imperativo da tecnologia hegemônica e paralelamente admitem a proliferação de novos arranjos, como a retomada da criatividade. Isso, aliás, já está se dando nas áreas da sociedade em que a divisão do trabalho se produz de baixo para cima.

Segundo os autores acima citados, o sistema técnico atual tem o poder de irradiar ações que possibilitam a diminuição das diferenças sociais do momento contemporâneo da sociedade. Santos (2006, pp. 62-63) lembra que no começo da história do homem a configuração territorial era simples, um conjunto de complexos naturais, mas na medida que história do homem avança, esta configuração territorial é substituída por uma natureza humanizada, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

A disponibilidade dos objetos técnicos nos territórios, praticamente dispostos em todas latitudes e longitudes, define a fluidez dos territórios e, por conseguinte a maior inclusão dos territórios a práxis do mundo contemporâneo, segundo Santos (Ibid, p. 274) “A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado”.

Propiciar a inclusão digital nos territórios, especialmente onde a disposição dos objetos técnicos ocorre de maneira precária, é permitir uma inclusão da sociedade no mundo contemporâneo. Segundo Lemos (2007, p. 39) a inclusão digital pode ser facilitadora de outras inclusões, como a sócio-econômica. Cabe salientar que o governo brasileiro tem, nos últimos anos, proferido uma certa atenção à questão da inclusão digital, usando de metodologias já existentes na tentativa de incluir digitalmente cada vez mais os territórios, sobretudo em função dos alarmantes índices de inclusão digital, bem como podemos observar no sub-capítulo seguinte.

1.3 A dimensão passiva do programa de inclusão digital brasileiro.

Para discorrermos sobre o panorama da inclusão digital² brasileira, discutiremos em primeiro lugar os motivos que levam a população brasileira a não se conectar.

No Brasil, a ausência de equipamentos de conexão individual (computador, modem, linha de acesso) é justificativa para quase metade da população brasileira não se conectar. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do ano de 2005, esta ausência corresponde a 48,8% da população (58.863.863 de brasileiros) desprovida do acesso à Internet, como podemos observar no quadro dois (02).

Quadro 2 – Total e o percentual populacional que não utiliza a internet no Brasil, segundo seus motivos.

Motivos que justifica o não uso da internet	Total da população que não utiliza internet no Brasil: 120.624.911 milhões.	Percentual da população que não utiliza internet no Brasil: 79%.
Não utiliza devido à ausência de computador	44.865.860	37,2
Não utiliza devido a não existência de internet em seu domicílio	1.558.009	1,3
Não utiliza devido ao alto custo do computador	10.970.881	9,1
Não utiliza devido ao alto custo da conexão	1.469.148	1,2
Total	58.863.863	48,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2005 (Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), tabelas 1.48.1 e 1.48.2.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

² Discorreremos sobre a inclusão digital, com base na reflexão de Silveira (2003, p. 18): “(...) Atualmente, começa a existir um consenso que amplia a noção de exclusão digital e a vincula ao acesso à rede mundial de computadores. A idéia corrente é um computador desconectado tem uma utilidade extremamente restrita na era da informação, acaba sendo utilizado quase com uma mera máquina de escrever.”

Segundo os dados da PNAD/2005, apresentados no quadro acima, para 10,3% da população brasileira, o fato de não ter acesso à rede mundial de computadores deve-se ao custo domiciliar muito alto do computador e de seus periféricos, totalizando 12.440.029 de brasileiros. Já para 44.865.860 de brasileiros, a ausência de computador sob qualquer circunstância (na própria residência, no trabalho, nos estabelecimentos de ensino e em centros coletivos de acesso) é o principal motivo para não conectar a Internet, ou seja, a falta de contato com um computador é realidade para 37,2% da população brasileira. Observamos que o somatório de tais dados superam até mesmo os indicadores que retratam o percentual de indivíduos que não acham necessário o acesso à Internet (20,9% da amostra – PNAD/2005, tabela 1.48.2) e os que não sabem utilizá-la (20,5% da amostra – PNAD/2005, tabela 1.48.2).

Segundo os dados levantados por Sorj & Guedes (2005, pp. 5-6), em pesquisa realizada junto com a Unesco e o ICA – *Institute for Connectivity Americas*, os autores revelam que em comunidades carentes do município do Rio de Janeiro: “a noção de que é necessário dominar o computador para assegurar maiores chances de trabalho infiltra-se rapidamente entre os diversos setores sociais, pois o uso da informática passa a ser visto como condição de trabalho e de sucesso escolar”, mostrando assim que até para as camadas menos favorecidas economicamente o conhecimento das ferramentas da informática é importante. Os autores descrevem ainda que esta foi à única resposta consensual, dentro do processo da pesquisa. Tal apontamento descrito por Sorj & Guedes ajuda-nos a vislumbrar que os indicadores que retratam os indivíduos que não acham necessário e que não usam a internet podem diminuir, isto se deve, sobretudo, a influência das técnicas no comportamento humano, que Santos (2006, p. 186) descreve como uma nova economia do pensamento.

Ora, segundo a PNAD/2005, em primeiro plano temos um contingente expressivo de indivíduos que não utilizam a Internet, sobretudo, porque não tem acesso ao computador, em

segundo plano, indivíduos que não carecem de acesso, em terceiro plano, temos os indivíduos que não sabem utilizar a Internet, e por fim, os que descrevem que o custo para o acesso a Internet é ainda muito alto. Estes grupos unidos representam 88,9% dos indivíduos que atualmente estão desprovidos de acesso no Brasil.

Para entendermos melhor o motivo que norteiam a exclusão digital brasileira, como mostra os indicadores acima citados, cabe avaliar, sobretudo, a dimensão passiva da universalização dos sistemas telemáticos. Esta dimensão deve-se a disponibilidade de equipamentos de conexão (computador, modem, linha telefônica) e a existência de infra-estrutura física de transmissão (SORJ, 2003, p. 63).

O computador e os seus aplicativos de conexão são os equipamentos mais comuns para o acesso individual, mas o modelo de acesso baseado por meio da posse desses equipamentos precede de questões ordem econômica. Warschauer (2003, p. 56) afirma que: “ainda que o preço dos computadores esteja caindo, o preço de compra constitui apenas uma pequena parcela do que pode ser considerado o custo total de posse”. O autor lembra ainda que, além disso, este modelo de acesso abarca a questão do custo dos *softwares* e manutenção, como a continua substituição do *hardware* e *software*.

De acordo com Santos (2006, p. 181), a tecnologia atual se impõe como praticamente inevitável, na medida que é um produto da história incorporado ao território e, em segundo lugar por ser produtor da história. A tecnologia atual inscreve-se no território, de maneira que quanto mais artificial o meio, maior exigência de uma racionalidade instrumental, que por sua vez, exige mais artificialidade e racionalidade. Tal exigência se traduz com a citação Warschauer apresentadas no parágrafo anterior.

No caso do Brasil, o programa "Computador para Todos" é o único entre os demais programas de inclusão digital brasileiro, que vincula sua ação no barateamento do computador

pessoal. A Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT credenciou até o primeiro semestre deste ano, entre 2005 e 2008, um total de dezoito (18) fabricantes, todos eles localizados na Zona Franca de Manaus. A estipulação de um teto (em R\$) para a comercialização e um conjunto de regras técnicas estipuladas pelo projeto foi essencial para uma maior popularização do computador³:

(...) as características definidas pelo projeto foram características técnicas definidas no Projeto: a) Capacidade instalada de conexão à Internet; b) Configurado com, no mínimo, 26 programas baseados em software livre com as funcionalidades e requisitos definidos no Projeto; c) Dispor suporte ao software e assistência técnica por, no mínimo, 1(um) ano, nas condições estabelecidas; d) Dispor o logotipo do Projeto Computador para Todos em local visível na unidade digital de processamento (CPU); e) Todo o modelo de Computador para Todos, a ser financiado por recursos do FAT, deverá ter projeto aprovado no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) e f) os equipamentos cadastrados receberão documento emitido pelo MCT habilitando-os a participar do Projeto. (...) O Computador para Todos deverá ser comercializado pelo preço máximo, ao consumidor, de R\$1.400,00⁴.

Vale ressaltar que mesmo com a atuação do programa “Computador para Todos”, o computador pessoal ainda não é realidade para boa parte dos brasileiros.

Uma das características do projeto versa na configuração de vinte seis (26) programas baseados em *software* de código aberto, o que Pires (2005, p. 06) descreve como uma saída estratégica para países latinos e africanos.

As dificuldades econômicas enfrentadas pela maioria dos países africanos e da América Latina, para pagarem as taxas exigidas para introduzirem softwares proprietários em seus sistemas produtivos e educacionais, estão praticamente induzindo às nações que desejam se inserir minimamente na era digital a adotarem softwares de código aberto.

De acordo com Silveira (2003, p. 36), o uso do *software* livre precede de uma ação anti-monopolista: “o Movimento de *software* livre é a maior expressão da imaginação dissidente de

³ “Esta empresas cumprirem o Processo Produtivo Básico nos termos das Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Sítio: <http://www.mct.gov.br/html/template/frameSet.php?urlFrame=http://www.computadorparatodos.gov.br&objMct=Projeto%20Cidadão%20Conectado%20-%20Computador%20para%20Todos> Último acesso em 09/07/2008.

⁴ Sítio: http://www.computadorparatodos.gov.br/participacao/index_html Último em 28/08/2008.

uma sociedade que busca mais que a sua mercantilização”, diga-se mais, o uso do deste tipo de *software* tem recebido atenção não só de governos mais da sociedade como um todo, sensivelmente uma resposta ao monopólio de empresas como a gigante *Microsoft*.

A dimensão passiva da universalização dos sistemas telemáticos prescreve da disponibilidade de conectivos, neste caso, linha telefônica e provedor de internet, segundo demonstra Pires (2007, p. 07), ao problematizar os dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – do ano de 2005, o autor expõem que a expansão dos serviços de Internet ainda esta longe de atingir todo território nacional:

Ora, o que se pode apreender com tudo isso é que mesmo com todo o avanço e crescimento alcançados pela expansão dos serviços de Internet no Brasil, dos 5.564 municípios do território nacional, apenas 2.560 possuem provedor de Internet, ou seja, só 46% possui este serviço (Cf. PNAD, 2005). Apesar do enorme potencial que estes municípios possuem para oferecer serviços de Internet à sua população, segundo a *wnews*, só 6,7% dos domicílios dessas municipalidades têm acesso à banda larga.

O autor revela, ainda, com o fragmento acima, uma modesta participação no quantitativo de municípios que dispõem de conectivos para Internet. O provimento destes conectivos, especialmente o acesso com uso de banda larga, precede de um elevado custo para boa parte da população brasileira⁵, como podemos perceber no quadro três (03).

⁵ Este dado precede do quantitativo de usuários que acessam à Internet domiciliar. Segundo a PNAD/2005 o total de usuários de Internet domiciliar é de 16.064.673 de brasileiros (corresponde apenas 50% do total de usuários no Brasil.)

Quadro 3 – Percentual do tipo de acesso em residência, segundo renda *per capita* domiciliar.

Tipo de conexão à Internet no domicílio e renda <i>per capita</i> mensal.	Percentual de acesso discado 57,4%.	Percentual de acesso com banda larga 36,3%
Sem rendimento a 1 salário mínimo (3)	10,7	3,6
Mais de 1 a 2 salário mínimos	29,0	13,8
Mais de 2 a 3 salário mínimos	20,7	15,3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	19,9	23,3
Mais de 5 salários mínimos	16,8	39,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2005 (Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), tabela 1.40.2 e tabela 1.41.2.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

De acordo com os dados organizados no quadro acima, a maior parte do acesso com banda larga (62,6%) corresponde a residências com mais de três salários mínimos *per capita* mensal, enquanto a maior parte do acesso discado (60,4%), corresponde a residências com até três salários mínimos *per capita* mensal. Em comunidades carentes do município do Rio de Janeiro o acesso à banda larga é irrisório: “praticamente todos os usuários que acessaram a Internet do domicílio utilizaram acesso discado de baixa velocidade, sendo que dois terços utilizam provedores gratuitos” (SORJ & GUEDES, 2005, p.38). O descompasso do potencial do acesso apontado neste parágrafo ilustra o que Castells (2003, p. 210) descreve como a nova divisão tecnológica:

Assim que uma fonte de desigualdade tecnológica parece estar diminuindo, uma outra surge: o acesso diferencial a serviço de banda larga de alta velocidade (atualmente usando tecnologias como rede digital de serviços integrados (ISDN), linha de assinantes digital (DSL), *modens* de cabo, e, num futuro próximo, o acesso sem fio à Internet (WAP), o qual, aliás é em geral de banda estreita no momento em que escrevo).

Santos (2004, p. 274) lembra que: “uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro”, característica que exhibe a velocidade do mundo atual e, assim da mesma maneira que Castells (2003, p. 210), para Sorj (2003, p. 84), a diferença de banda será tão breve a nova faceta da exclusão digital:

A aceleração da inovação tecnológica significa que devemos levar em conta que a exclusão digital é dinâmica: os parâmetros são modificados a cada inovação nos sistemas telemáticos. À medida que, cada vez mais, a produção de conteúdos se dirige a usuários com acesso à banda larga e/ou exige longa permanência na Internet, aqueles ligados à Internet de baixa velocidade estarão, de fato, excluídos.

Em uma análise feita por Pires (2007, p.07), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, e a área de cobertura dos serviços de Internet de banda larga fornecida pelo Atlas Brasileiro de Telecomunicações de 2006, organizado pelo Grupo Editorial Converge, o autor descreve que a extensão da estrutura de engenharia do território em rede no Brasil ainda é muito pequena e restrita às áreas das grandes metrópoles. Isto demonstra que a dimensão passiva da universalização dos sistemas telemáticos (SORJ, 2003, p. 63), segundo sua infra-estrutura física de transmissão, configura-se como um fator-problema para universalização do acesso à Internet no Brasil interiorano.

Pode-se aferir com as questões apresentadas nos parágrafos anteriores, que a dimensão passiva do programa de inclusão digital no Brasil, é neste sentido, justificativa para uma inclusão precária de certos territórios, afirmativa que se reflete no quadro geral de usuários de centros coletivos de acesso à Internet.

Ora, como descreve Sorj (Ibid, p. 64), nos setores de baixa renda que não dispõem do acesso individual, este grupo social acaba por dispor de pontos de acesso coletivos. Unidades escolares e centros públicos de acesso à Internet são alguns destes pontos a que autor refere-se. No caso do Brasil, o governo tem instituído inúmeras políticas destinadas à inclusão digital, com

o intuito de suprir de acesso camadas da população menos favorecidas economicamente, numa tentativa de diminuir o *apartheid* tecnológico existente por todo território brasileiro.

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem executado e apoiado programas de inclusão digital em todos os estados brasileiros, dentre os programas⁶ temos: a) Casa Brasil; b) Centros de Inclusão Digital; c) Computador para Todos; d) CVT - Centros Vocacionais Tecnológicos; e) Gesac; f) Kits Telecentros; g) Maré - Telecentros da Pesca; h) Observatório Nacional de Inclusão Digital; i) Pontos de Cultura - Cultura Digital; j) Programa Computador Portátil para Professores; l) Programa Estação Digital; m) ProInfo - Programa Nacional de Informática na Educação; n) Projeto Computadores para Inclusão, o) Quiosque do Cidadão; p) Serpro Cidadão; q) Telecentros Banco do Brasil; r) Territórios Digitais; s) TIN - Telecentros de Informação e Negócios e t) UCA - Projeto Um Computador Por Aluno, e u) O programa "Computador para Todos". O programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo, criado em 1997 pelo então Ministro Paulo Renato de Souza, é o programa que tem recebido maior atenção por conta do governo brasileiro, sobretudo porque prescreve de uma iniciativa que busca possibilitar o melhor desenvolvimento de professores e alunos:

(...) o programa ProInfo se propõe a ser não só um Programa de acesso à informática por parte do corpo docente e discente das escolas públicas. Mas sim, um Programa que além de permitir melhorar o processo ensino-aprendizagem, e atender o desenvolvimento científico e tecnológico, visa preparar a comunidade escolar (principalmente professores e alunos) para um bom exercício de cidadania. (SILVA, 2005, p. 94).

Segundo Silva (Ibid, p. 148), os baixos percentuais de capacitação dos professores, a baixa qualidade de escola que possuem o programa são alguns dos problemas constados pelo autor ao programa ProInfo no município de Niterói, o que nos leva a pensar no modelo de gestão

⁶Sítio: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas#gesac-governo-eletronico-servico-de-atendimento>
Último acesso em 09/07/2008.

que estão submetidos os programas de inclusão digital promovidos pelo Estado brasileiro, sobretudo na distribuição espacial destes programas, questão debatida no tópico seguinte.

1.3.1 Amostra sobre a desigualdade territorial das políticas de inclusão digital no Brasil.

No Brasil, a exclusão digital é um problema decorrente, sobretudo, da má distribuição de renda no país, segundo Pires (2005, p. 05), “a inserção no ciberespaço está diretamente associada ao poder aquisitivo dos usuários, pois estes precisam ter um computador, uma linha telefônica ou uma assinatura em banda larga, um provedor, etc.”. Tal questão, descrita por Pires, reforça o que apresentamos no tópico anterior, demonstrando que a variável renda é um fator relevante na democratização do acesso à Internet. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, as variáveis de renda e de escolarização para adoção de políticas de inclusão digital são variáveis determinantes para trabalhar a exclusão digital. Silva (2005, p. 40) descreve: “que a realidade brasileira não é boa. Renda de R\$ 569,00/mês e escolaridade de 4,8 anos de estudo”, segundo o autor é a partir destes indicadores que os programas de inclusão precisam trabalhar.

Cabe salientar, que além dos indicadores de renda e escolarização, os indicadores sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, têm norteado a metodologia para implementação de programas federais como, por exemplo, o Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC⁷, e para políticas de inclusão digital nas escolas públicas brasileiras:

⁷ Projeto leva internet a locais de baixo IDH - Índice desenvolvido pelo PNUD e por órgãos de pesquisa é usado como critério para governo federal implantar programa de inclusão digital. 02/07/2004. Sítio: <http://www.pnud.org.br/educacao/reportagens/index.php?id01=493&lay=ecu> Último acesso em 08/08/2008.

O Ministério da Educação tem privilegiado regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) em seu programa de disseminação do acesso à internet nas escolas e em centros educacionais no Brasil, o ProInfo - Programa Nacional de Informática na Educação⁸

As reflexões apontadas nos primeiros parágrafos deste tópico descrevem as principais variáveis para implementação dos programas de inclusão digital no Brasil. No que se refere à oferta destes programas, Lemos (2007, p.38) revela que há um crescimento no modelo brasileiro de inclusão digital, mas este ainda acontece de forma desigual pelas regiões do país. Esta desigualdade deve-se somente ao quantitativo de programas entre as regiões e seus estados? Para vislumbrarmos uma resposta para tal questão, utilizaremos como base os dados levantados pelo mapa da inclusão digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e os indicadores de acesso à internet da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD de 2005 que mostra o acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal.

Segundo o mapa da inclusão digital do IBICT, que iniciou, em 2006, o mais denso levantamento de iniciativas e projetos de inclusão digital no Brasil (e seus respectivos Pontos de Inclusão Digital), o Estado brasileiro contava até julho deste ano (2008), com 18.668 mil Pontos de Inclusão Digital – PIDs em todo território nacional, divididos em cento e quarenta e um (141) projetos e programas. O quadro quatro (04) apresenta os indicadores de acesso à Internet e o número de pontos de inclusão digital (PID) nos estados brasileiros, demonstrando a desigual promoção de políticas de inclusão digital dentre os estados brasileiros.

⁸Projeto leva internet a cidades de baixo IDH - Programa do Ministério da Educação usa índice como um dos critérios para instalar estrutura de acesso à rede mundial de computadores 02/04/2004 Sítio: <http://www.pnud.org.br/educacao/reportagens/index.php?id01=227&lay=ecu&date=7-2008> Último acesso em 08/08/2008.

Quadro 4 – Taxa de acesso e total de pontos de inclusão digital nos estados brasileiros

ESTADOS	Taxa de acesso à internet %	Nº de Pontos de Inclusão digital	ESTADOS	Taxa de acesso à internet %	Nº de Pontos de Inclusão digital
REGIÃO NORTE			REGIÃO CENTRO OESTE		
		1.346			1.269
Rondônia	13,5	92	Distrito Federal	41,1	205
Acre	13,2	86	Goiás	18,9	639
Amazonas	10,5	279	Mato Grosso	18,3	196
Roraima	13,5	55	Mato Grosso do Sul	22,5	184
Pará	10,9	602			
Amapá	20,0	92			
Tocantins	14,3	140			
REGIÃO NORDESTE			REGIÃO SUL		
		5.796			2.358
Maranhão	7,7	533	Paraná	25,9	924
Piauí	10,4	270	Rio Grande do Sul	23,2	833
Ceará	12,9	1082	Santa Catarina	29,4	601
Rio Grande do Norte	12,9	322			
Paraíba	12,4	299	REGIÃO SUDESTE		
		2029			7.899
Pernambuco	13,6		Minas Gerais	18,8	2113
Alagoas	7,6	186	Espírito Santos	23,7	408
Sergipe	12,6	131	Rio de Janeiro	26,6	1278
Bahia	12,9	944	São Paulo	29,9	4100

Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT⁹ e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2005 (Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), tabela 1.16.2.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Segundo o mapa da inclusão digital do IBICT, a região Sudeste é a região que compreende o maior número de Pontos de Inclusão Digital – PIDs (7.899), assim como o estado

⁹Sítio: <http://inclusao.ibict.br/mid/mid.php> Último acesso em: 21/07/2008.

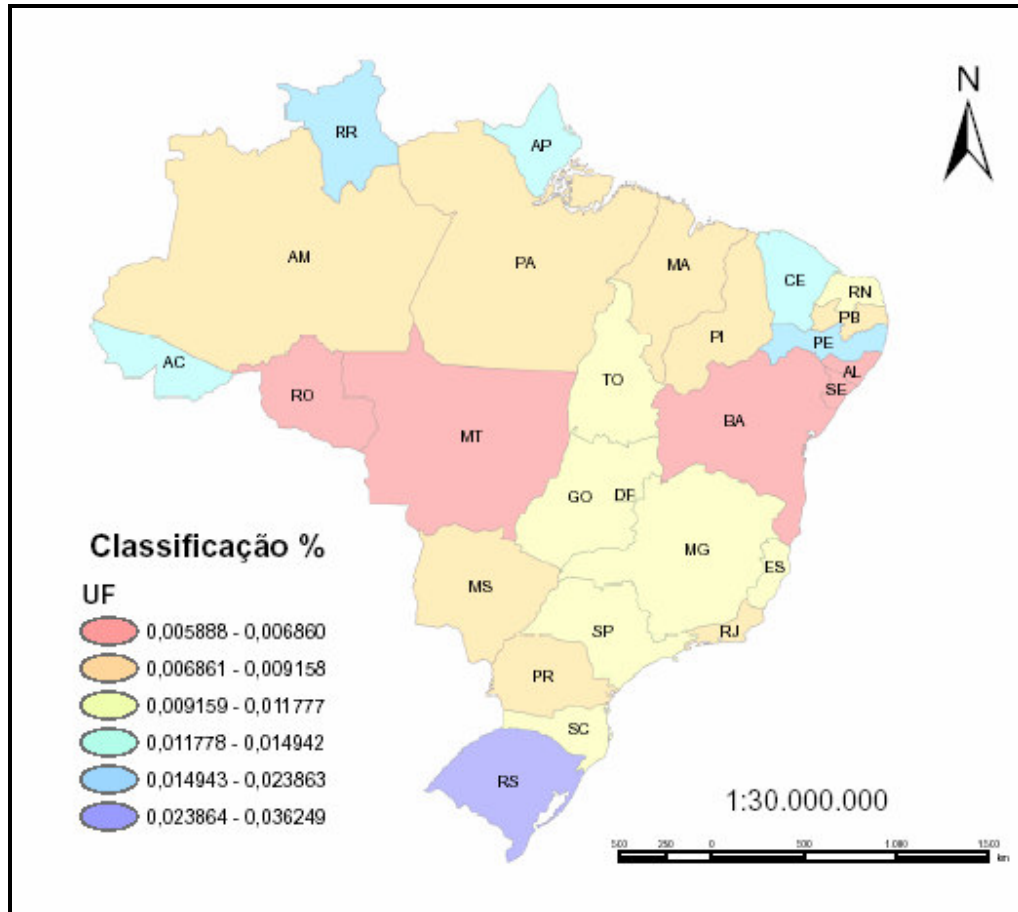
de São Paulo, nela inserida, que abarca um total de quatro mil e cem (4.100) pontos, em contra ponto a este dado, temos a Região Centro Oeste, que totaliza o menor quantitativo PIDs (1.269 PIDs) e o estado de Roraima (Estado da Região Norte) que totaliza apenas cinquenta e cinco PIDs (55 PIDs). O vislumbre do quadro quatro (04) possibilita perceber que os estados de São Paulo (4.100 PIDs), Minas Gerais (2.113 PIDs), Pernambuco (2.029 PIDs), Rio de Janeiro (1.278 PIDs) e Ceará (1.082 PIDs) apresentam os maiores quantitativos de Pontos de Inclusão Digital – PIDs, totalizam mais de mil pontos de inclusão digital em seus territórios. Podemos perceber neste parágrafo a desigualdade regional apontada por Lemos.

Com base no quadro acima, percebe-se que o quantitativo de Pontos de Inclusão Digital (PIDs) da Região Norte do Brasil, em estados como: Rondônia (92 PIDs); Acre (86 PIDs); Roraima (55 PIDs) e Amapá (92 PIDs), que porventura, são os estados menos servidos por políticas de inclusão digital, quando comparados a boa parte dos estados das Regiões Sudeste e Sul, onde observamos um maior provimento de políticas neste sentido e onde encontramos as maiores médias no acesso à Internet.

Santos & Silveira (2002, p. 103) descrevem a região Sul e Sudeste como região concentrada, região que configura-se como uma área onde o espaço é fluído, onde, segundo os autores, existe uma teia de fluxos multilaterais que no resto do território nacional é incapaz de suscitar: “Com maior intensidade que em outras áreas do país, a esfera técnico-científica espalha-se, substituindo os escassos interstícios de um meio natural e as amplas manchas dos sucessivos meios técnicos”, o que até certo ponto legitima a maior teledensidade das regiões brasileiras.

Com o intuito de melhor vislumbrar, em linhas gerais, o panorama da inclusão digital brasileira e perceber a relevância territorial dos programas de inclusão digital nos estados brasileiros, tracejamos um mapa (mapa um (01)) que ilustra a relação entre o total de Pontos de Inclusão Digital – PIDs e a população de cada estado brasileiro (matemática da desigualdade).

Mapa 1 – Percentual de PIDs em relação ao número de população* por estados brasileiros



Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT¹⁰

Organizado por: Giselma Pessoa, 2008.

* Dados populacionais, segundo amostra do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE para o ano de 2005.

Observando o mapa acima, podemos perceber os estados mais providos por políticas de inclusão digital e estados mais deficitários. Ao visualizar o mapa um (01), percebe-se que os estados de Rondônia, Mato Grosso, Bahia, Sergipe e Alagoas apresentam a menor relação PIDs/População, ou seja, estados onde o impacto territorial das políticas de inclusão digital ocorre em menor proporção dentre todos os estados do Brasil. Cabe esclarecer que estes estados

¹⁰Sítio: <http://inclusao.ibict.br/mid/mid.php> Último acesso em: 21/07/2008.

(RO: 13,5%; MT: 18,3%; BA: 12,9%; SE: 12,6%; AL: 7,6%) estão abaixo da média nacional, no que se refere ao percentual de acesso à Internet (21%), neste sentido, o mapa assume uma relevância política, pois com ele podemos vislumbrar os estados onde o poder público tem uma menor incidência pública em relação às políticas de inclusão digital.

Um bom exemplo da relevância territorial das políticas de inclusão digital ocorre no estado do Rio Grande do Sul, o estado não detêm do maior quantitativo de PIDs no Brasil, mas os 833 Pontos de Inclusão Digital faz do estado, o de maior relação PIDs/População do país, que de alguma forma influencia na média de acesso à Internet (23,2%) do estado.

Ainda segundo o mapa um (01), percebemos que os estados de Pernambuco (13,6% acesso), do Ceará (12,9% acesso), do Amapá (20,0% acesso), de Roraima (13,5% acesso) e do Acre (13,2% acesso), mesmo correspondendo a segunda posição na classificação geral de PIDs/População no Brasil, estes estados ainda apresentam taxas de acesso à Internet menores que a média nacional, demonstrando que a ação do poder público ainda se faz necessária, sobretudo nos municípios onde apresentam baixos indicadores, quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M e de escolarização.

Como podemos perceber, nos tópicos deste sub-capítulo, o tear de políticas de inclusão digital tem provido de maneira desigual nos estados brasileiros, não só no quantitativo de PIDs por estado, como também na sua relevância territorial. Cabe ainda esclarecer que a ação de boa parte das políticas de inclusão digital no Brasil sobrevém da ação no território de centros públicos de acesso à internet, questão trabalhada no tópico seguinte.

1.4 Ensaio sobre a territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet.

O estudo sobre a territorialidade não se configura como algo recente, segundo Silva (2002, p. 27) a territorialidade pode ser entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma determinada área, uma estratégia ligada a uma materialidade, o uso da terra pelas pessoas. Entende-se a territorialidade neste sentido (controle e influencia) como um aplicativo humano.

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence...esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõem também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que entre seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS & SILVEIRA, 2002, p.19)

Assim como descreve o parágrafo acima, Saquet (apud, SACK, 1986, p. 02) argumenta sobre a territorialidade humana, como uma estratégia para influenciar, ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas “A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar”. Desta maneira a territorialidade pode ser entendida, grosso modo, como a base de poder de determinado grupo sobre uma determinada área.

Para Silva (2002, pp. 27-28), a territorialidade pode ser afirmada segundo três facetas interligadas: a) classificação ou definição de áreas; b) comunicação; e c) controle social. Estas facetas se realizam no sentido de afirmação de determinado poder sobre uma determinada área, impondo limites a um território construído socialmente, onde seus efeitos prescrevem de quem o está controlando. As amarras territoriais neste sentido ecoam também sob formas simbólicas, demarcadas por um indivíduo ou grupo, imposto por um esquema de controle.

O emblema da territorialidade neste sentido, para o objeto em tela, os centros públicos de acesso à Internet, deslizam sobre a arquitetura dos eixos nos quais os centros alicerçam-se, sendo um destes descrito pela gratuidade e o outro pelo mercado, uma territorialidade guiada, e que prescreve principalmente pela manutenção do território. Ora, a disposição territorial dos ‘centros’, a espacialidade neste sentido, ocorre em função da demanda territorial por acesso à Internet, e o aplicativo da territorialidade presume de uma ordem que se estabelece em função esquemas particulares: de ordem mercadológica. E porque não política?

Para Souza (1995, p. 86), esta flexibilização da visão do que seja o território, permite entender o território como palco das relações sociais.

Aqui, o território, será campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros a coletividade, ou ‘comunidade’, os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders)

Desta forma, podemos descrever que a territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet gratuitos não ocorre isoladamente, sobretudo porque atualmente no Brasil a representatividade percentual dos centros públicos de acesso à Internet pagos, no quadro geral de usuários de Internet, é por demais significativo, como poderemos observar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II – OS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET

Este capítulo tem por objetivo provocar um amplo debate sobre os diferentes centros públicos de acesso à Internet. A primazia deste debate caminha em convergência com o escopo geral prescrito nesta dissertação, que terá como exemplo a territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet no município de Duque de Caxias.

2.1 – Os centros públicos de acesso à Internet no Brasil

As Lan Houses, Telecentros, Centros Comunitários, Quiosques e Cabines Comunitárias e Cybercafés correspondem às terminologias utilizadas para definir os inúmeros centros públicos de acesso à Internet, espalhado em todo território nacional. Cada um destes centros de distribuição de acesso dispõe de características particulares: origem e regulamentação jurídica, que em suma, os diferem, mas compreendem de um aspecto comum quando amplamente difundidos em escala global:

Os centros de acesso público recebem diversos nomes. Internacionalmente, os mais comuns são os cibercafé, telecentros e centro comunitário de tecnologia. (...) Independente do nome, os centros de acesso público apresentam muitos aspectos comuns. Eles oferecem oportunidade de uso de computadores e da Internet sem haver propriedade doméstica de um computador ou de linha telefônica.(WARSCHAUER, 2006, p. 110)

Ora bem como aponta o autor (Ibid, p. 110) os centros públicos são um meio de conectividade pela qual um indivíduo comum pode acessar a Internet sem prover de equipamento doméstico para conexão (computador: *software* e *hardware*, provedor, e linha telefônica) para isso.

Os centros públicos de acesso à Internet representam 28% do acesso brasileiro, ou seja, mais de 1/4 do acesso à Internet em todo território nacional prescrevem-se da ação destes no território, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD de 2005 que mostra o acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Ainda com base nos dados apreciados pela PNAD/2005, veremos a relevância destes “centros” em regiões metropolitanas brasileiras, como aponta o quadro cinco (05).

Quadro 5 – Taxa de uso em residências e em centros públicos de acesso à Internet nas regiões metropolitanas brasileira.

Região Metropolitana	Taxa % do uso em residência	Taxa % do uso em Centros públicos de acesso
Belém	33,1	43,4
Fortaleza	35,1	44,5
Recife	45,9	27,3
Salvador	43,6	36,0
Belo Horizonte	56,2	23,4
Rio de Janeiro	58,5	27,3
São Paulo	60,8	27,5
Curitiba	58,3	25,1
Porto Alegre	59,1	21,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2005 (Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), tabela 1.25.2.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Cabe salientar, que entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PNAD/2005, o acesso à Internet em centros públicos de acesso nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste do Brasil (Belém, Fortaleza, Recife e Salvador) é ainda maior que a média nacional demonstrando uma maior representatividade territorial dos “centros” nestas metrópoles. Nas

regiões metropolitanas de Belém e Fortaleza, o acesso em centros públicos é superior ao acesso residencial, ou seja, os centros públicos são o principal mecanismo de acesso à Internet para estes cidadãos. Já nas regiões metropolitanas da região Sul e Sudestes (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) o acesso à Internet nos “centros” é menor que média nacional, mas este ainda representa mais do que 1/5 do acesso metropolitano.

Quando analisamos o acesso à Internet em centros públicos no ambiente urbano, percebemos que estes “centros” exercem uma influencia territorialmente maior do que a verificada nas regiões metropolitanas. Segundo consta na terceira edição da pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC EMPRESAS e TIC DOMICÍLIOS 2007 desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, por meio do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação – CETIC do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Brasil – NIC.br, o acesso à Internet em centros públicos corresponde ao principal modo de acesso para a população urbana brasileira, como demonstra o quadro seis (06).

Quadro 6 – Taxa de acesso à Internet em residência e centros públicos em áreas urbanas, segundo as regiões de governo no Brasil.

Regiões de Governo no Brasil	Taxa % do uso em residência	Taxa % do uso em Centros Públicos de acesso
Sudeste	46%	51%
Nordeste	25%	71%
Centro-Oeste	35%	56%
Norte	21%	74%
Sul	45%	36%
Total no Brasil	40%	55%

Fonte: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC EMPRESAS e TIC DOMICÍLIOS, 2007. Tabela C.4.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Segundo os dados apurados na pesquisa desenvolvida pelo CGI.br, sobre o uso das TIC/2007, é mostrado no quadro seis que os centros públicos correspondem a 55% do acesso à Internet no Brasil: apenas na região sul do Brasil o acesso em residência (45%) supera o percentual de acesso em centros públicos (36%); nas demais regiões os centros públicos de acesso à Internet são o maior fio condutor da Internet em áreas urbanas.

Para Sorj & Guedes (2005, pp. 03-04), o método para quantificar o percentual de incluídos digitalmente tem recebido críticas por não discutir a relevância da presença dos centros públicos de acesso:

Para identificar as pessoas incluídas, o critério em geral utilizado é o número de computadores por domicílio e/ou de computadores por domicílio, com acesso à Internet. Esta metodologia já foi alvo de críticas, pois em certos países, com um número relevante de pontos de acesso coletivo (comumente denominados telecentros ou cibercafés), a quantidade de pessoas que acessam a Internet por computador é muito maior que a média de acesso por domicílio.

Os autores descrevem ainda que quantificar a inclusão digital a partir do número de computadores por domicílio produz uma visão errônea sobretudo por parte dos setores mais pobres da população (Ibid, p. 04). Como podemos perceber no primeiro capítulo o acesso ao computador ainda está longe de realidade para maioria da população brasileira, sobretudo o computador domiciliar.

Esta afirmação se confirma quando apuramos a quantidade de acesso à Internet em centros públicos, como podemos perceber nos parágrafos anteriores. Atualmente, os indicadores de acesso à Internet no Brasil descrevem que 21% da população brasileira têm acesso à Internet, totalizando 32.109.939 de usuários no Brasil, isto devido a ação territorial dos centros públicos de

acesso à Internet, que aliás, ajudam a manter o Estado brasileiro em primeiro lugar entre os BRIC¹¹, no quadro percentual de usuários de Internet, como mostra o quadro sete (07).

Quadro 7 – Acesso à Internet e posse de computador nos BRICs

Países Membros do G20	Nº de computadores pessoais – 2005 (a cada grupo 100/hab)	Nº pessoas com acesso a Internet – 2005 (a cada grupo de 100/hab)
Brasil	16,09	21,0
Índia	1,54	5,44
China	4,22	8,44
Rússia	12,13	15,19

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, segundo fonte da International Telecommunication Union – UTI, 2007.

Sítio: <http://www.itu.int/ITU-D/icteye/Indicators/Indicators.aspx#> Último acesso em 09/07/2008. Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Ora, com base no que podemos observar neste sub-capítulo, o uso dos centros públicos de acesso à Internet no Brasil é por demais significativo, justificando a relevância do tema no cenário da inclusão digital brasileira, bem como para Geografia, como exemplificaremos no último capítulo desta dissertação.

Cabe esclarecer, como foi dito no primeiro capítulo desta dissertação, que os centros públicos de acesso arquitetam-se em dois eixos: um estabelecido pela gratuidade, chamado centros de públicos de acesso gratuito, e o outro pela mercantilidade, chamado centros públicos de acesso pago. Arquitetura esta, soerguida pela existência da fronteira público / privado, que no período hodierno tem cada vez mais sido diluído, confluindo muitas vezes em uma permuta entre o setor público e a iniciativa privada.

¹¹ Brasil, Rússia, Índia e China têm sido apontados, nos últimos cinco anos, como os prováveis candidatos a crescer de forma vigorosa, juntando-se ao clube dos países desenvolvidos nas próximas décadas. O termo BRIC significa a união das iniciais de cada um dos países acima mencionados, criado em 2001 pelo analista de mercado Jim O'Neill, do banco Goldman Sachs. Sítio: <http://www2.camara.gov.br/fiquePorDentro/temasanteriores/bric/apres.html> Último acesso em 20/07/2008.

2.1.1 – *Lan House e Cybercafé*: centros públicos de acesso à Internet pago.

Para melhor discutimos a questão do acesso à Internet no Brasil, apontaremos neste sub-capítulo uma reflexão que visa entender a ação dos “centros pagos”, comumente conhecidos pela população brasileira como *Cybercafé* e *Lan House*. Estes “centros pagos” têm uma grande representatividade no cenário da inclusão digital brasileira, como exemplifica o quadro oito (08).

Quadro 8 – Total e o percentual de usuários de Internet que utilizam os centros públicos de acesso à Internet pagos e em casa no Brasil.

Locais de uso par o acesso à Internet	Número de usuários de Internet no Brasil (32.109.939 milhões de usuários)	Percentual de usuários de Internet no Brasil (21% da população brasileira)
Uso residencial	16.064.673	50%
Uso em centros públicos de acesso pago	7.023.389	21,9%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2005 (Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), tabelas 1.17.1 e 1.17.2.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Segundo mostra a PNAD/2005, o uso de “centros pagos” no Brasil corresponde a 21,9% da população que tem acesso à Internet, ou seja, 7.023.389 usuários. Vê-se que o uso em “centros pagos” acaba sendo, para muitos brasileiros, um meio de estar conectado.

A representatividade estatística das *Lan Houses* e *Cybercafés* no ambiente urbano é maior do que a apresentada pela PNAD/2005, ou seja, o uso de centros privados nas cidades é maior do que a média nacional. Quando analisamos o quadro nove (09), percebe-se esta relevância.

Quadro 9 – Percentual de acesso à Internet em *Lan Houses* e *Cybercafés* em áreas urbanas, segundo as regiões de governo no Brasil.

Regiões de Governo no Brasil	Taxa % de uso em <i>Lan Houses</i> e <i>Cybercafés</i>
Norte	68%
Nordeste	67%
Centro- Oeste	51%
Sudeste	45%
Sul	30%
Total brasileiro	49%

Fonte: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC EMPRESAS e TIC DOMICÍLIOS 2007, tabela C.4.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Segundo o CGI.br na Pesquisa sobre o uso das TIC/2007 no Brasil o acesso em *Lan Houses* e *Cybercafés* representam 49% do acesso à Internet no ambiente urbano, com exceção da região Sul, nas demais regiões o uso em “centros privados” corresponde a maior parte do acesso. Com base nos dados levantados na TIC/2007, o CGI.br descreve que a ação dos “centros pagos” tem crescido exponencialmente.

O ano de 2007 foi definitivo para impulsionar o crescimento do uso da Internet em centros públicos de acesso pago (*lanhouses*, Internet cafés etc.), que se transformou no local predominante para o acesso à Internet no Brasil, com 49% das menções. Isso significa que metade dos usuários brasileiros navega pela rede de um desses locais. O uso da Internet nestes centros cresceu 19 pontos percentuais com relação ao ano passado, um aumento muito significativo, o que mostra o grande potencial da iniciativa privada para combater o problema da exclusão digital no país¹². (CGI.br, 2008, p. 84)

¹² Sítio: <http://www.cetic.br/tic/2007/indicadores-cgibr-2007.pdf> Último acesso em 11/07/2008.

Na avaliação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, os “centros privados” têm combatido o problema da exclusão digital, tal avaliação nos leva a refletir sobre a ação territorial dos pontos de inclusão digital, trabalhada no último tópico deste capítulo.

Os Cybercafés

Os *Cybercafés*, um exemplo desses “centros pagos”, oferecem a seus clientes acesso à Internet mediante o pagamento de uma taxa, usualmente cobrada por hora e a preços relativamente módicos. São locais que podem funcionar como/em bar, lanchonete, livraria, loja de equipamentos eletrônicos, como também em danceterias, lavanderias automáticas, bares de karaokê, lojas de discos, saguões de hotéis, lojas de conveniência e até em hospitais.

O conceito de *Cybercafé* inventado por Ivan Pope, durante um *workshop* no *Institute of Contemporary Arts* de Londres em 1994, consistiu em oferecer acesso à Internet nas mesas dos chamados Cafés¹³. Desde então, esta idéia tem auferido múltiplos contornos¹⁴ e tamanhos¹⁵. Segundo os dados de um mecanismo de busca de *Cybercafé* mundial¹⁶ até junho deste ano verificou-se a existência de cinco mil setecentos e sessenta e três (5.763 unidades) *Cybercafés* distribuídos em cento e sessenta e um países (161 países).

Segundo Warschauer (2006, pp. 112-113) o perfil dos usuários dos *Cybercafés* em países desenvolvidos hoje, é, sobretudo, de indivíduos de baixa renda, bem como de estrangeiros.

¹³No Brasil este tipo de atividade é chamado de cafeteria. Sítio: http://www.sebraesp.com.br/topo/produtos/publicações/comece%20certo/pdfs_comece_certo/cafeteria2.pdf Último acesso em 09/07/2008.

¹⁴Chile tem cibercafé para cegos – Santiago (21/10/2002). Sítio: <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/102002/21102002-8.shl/> Último acesso em 09/07/2008.

¹⁵“Existem *cybercafés* dos mais variados tamanhos e formatos, desde uma cadeia de cafés (*easy-everything.com* e *easy.com*), com centenas de terminais em uma localidade, como por exemplo, 760 terminais num local em Nova York, até um único computador, no canto de diversos restaurantes.” (FERREIRA, 2006, p. 43)

¹⁶Sítio: <http://www.cybercaptive.com/>. Último acesso em 10/07/2008.

Nos países desenvolvidos, no início, os cibercafés – cafeterias que incluem computadores e conexões à Internet entre suas ofertas – eram freqüentados principalmente por estudantes universitários e jovens executivos urbanos. (...) Porém, nos últimos cinco anos, depois que o acesso à Internet se tornou mais comum nas sociedades desenvolvidas, o perfil de freqüência nos centros de acesso público transformou-se, passando a atender pessoas de baixa renda. Hoje é mais provável encontramos cibercafés repletos de imigrantes escrevendo para seus locais de origem do que rodas de universitários (apud *D. Colker, “Stiring a Virtual Melting Pot”, em Los Angeles Times, 20 / 02 /2001 p. A1.*)

Kamdar (2008, p. 99) ao apresentar dados sobre o percentual de usuários de Internet na Índia no livro *Planeta Índia*, aponta que o perfil de usuários indianos comunga em parte com o perfil de usuários de *Cybercafé* em países desenvolvidos apresentado por Warschauer, desprezando a parcela imigrante.

Um relatório divulgado em 2006 pela Juxt Consult, uma empresa de consultoria em tecnologia da informação sediada em Délhi, afirmou que a incrível parcela de 51% dos usuários da Internet na Índia vêm da classe média baixa do país, com renda de menos de 10 mil rúpias (cerca de 250 dólares) mensais, ao passo que 24 % ganham entre 10 mil rúpias e 20 mil rúpias por mês. Muitos deles estão acessando a rede em cibercafés, populares na Índia¹⁷ (KAMDAR, 2008, p. 99)

Warschauer (2006, p. 92) revela que o acesso à Internet na Índia atinge apenas a uma minúscula fração da população indiana, para autor, a falta de um setor de Tecnologia de Informação e Comunicação não justifica a baixa teledensidade, isto se deve aos índices de pobreza e carência de conexão “44% de pessoas vivem com menos de U\$\$ 1 por dia e 370 mil povoados carecem de conexões telefônicas”. Apontado os exemplos acima, sobre o perfil dos *Cybercafés* nos países desenvolvidos e do perfil de usuários indianos, como se configura o perfil dos usuários brasileiros em centros públicos de acesso à Internet: privados? Antes de tratarmos de tal questão, nos é imprescindível para discussão, abordarmos do tema *Lan House*.

¹⁷ <http://www.hinduonnet.com/mag/2006/07/16/stories/2006071600210300.htm>

As Lan Houses

O tema *Lan House* é um tema que tem sido palco de inúmeros trabalhos acadêmicos, porventura, estes trabalhos: teses e dissertações têm tido como foco analítico o próprio espaço interno das *Lan Houses*, e a sua relação com jogo ali emerso. A antropologia, a pedagogia e a psicologia condensaram metodologias distintas para discutir o espaço das *Lans* sob o aspecto acima citados. Porém, no presente trabalho a mesma será tratada sob o prisma da Geografia.

O que se entende por *Lan House* não está plenamente conceituado, vê-se as *Lans* como um espaço híbrido entre “*Cybercafé & Casa de Jogos Eletrônicos*”, a exemplo do que constata o trabalho que já apresentamos, Santos Filho (2008, p. 10), sobre a organização espacial das *Lan Houses* em Nova Friburgo: “A reflexão apresentada no trabalho cominara em duas questões principais: a verificação de um novo perfil dos clientes das *Lan Houses*, não somente aquele destinado a jogar, mas também, ao acesso à Internet”

Embora o objetivo nesta dissertação não seja oferecer um conceito aprofundado sobre o tema, pretende-se junto com os elementos acomodados neste trabalho, entender as *Lan Houses* como centros públicos pagos que distribuem acesso à Internet. Tal função é devida essencialmente, à sua infra-estrutura, como aponta Freitas (2006, p. 08) “As *Lan Houses*, portanto, são o resultado do cruzamento entre a infra-estrutura oferecida pelos cibercafés com a proposta da atividade de jogo e o sentido de festa característicos da *Lan Parties*.”. A autora descreve ainda que os eventos chamados de *Lan Parties* configuraram-se como origem das *Lan Houses* (Ibid. 2006, p. 07):

As lan houses tiveram seu embrião nas lan parties, eventos originários do início da década de 90 do século XX nos Estados Unidos, mais especificamente no Estado do Texas e da Califórnia. Nesses eventos muitos jogadores e afins reúnem-se após alugar um espaço que possibilite levar seus computadores e realizar longos campeonatos de games

Segundo Pereira (2008, p. 36), o termo *LAN* significa *local area network* e se resume em uma rede local de computadores que trabalham interligados. Este termo deu origem ao nome destes empreendimentos comerciais, sendo chamados de “casa de computadores em rede” ou “casa de jogos em rede”, como é popularmente conhecida.

Sob o amparo das legislações dos estados¹⁸: a) do Pará, lei n° 8.519 de 02/06/2006 (Publicada no Diário Oficial Municipal – DOM n° 10.672, 2° caderno de 02/06/2006); b) do Mato Grosso do Sul, lei n° 3.103 de 11/11/2005 (Publicada no Diário Oficial n° 6.606, de 16 de novembro de 2005); c) do Rio de Janeiro, lei n° 4.782 de 23/06/2006; d) Estado de São Paulo, Lei n° 12.228 de 11/01/2006 (Projeto de lei n° 357/2005, do Deputado Vinícius Camarinha), e e) do Rio Grande do Sul, lei n.º 121/2004 (Projeto do deputado Manoel Maria)¹⁹, as *Lan Houses* funcionam como estabelecimentos que oferecem a locação de máquinas para acesso à Internet²⁰, utilizando-se de programas e jogos eletrônicos.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE²¹ descreve que a receita auferida por esses centros não se resume à da locação dos micros.

Este tipo de negócio é caracterizado pela prestação de serviços de locação de computadores, máquinas e acesso à Internet e jogos em rede. Fisicamente, a Lan House é caracterizada por diversos computadores de última geração conectados em rede em um ambiente *hi-tech* com ar condicionado e poltronas confortáveis, onde os jogadores se divertem com as últimas novidades do ramo de jogos, todos conectados em um único ambiente virtual. A receita auferida por uma LAN HOUSE é constituída essencialmente pela locação de computadores (seja para utilização em jogos na rede local/Internet ou navegação na WEB). E como fonte adicional, a loja também pode obter receita da venda

¹⁸Sítio: <http://www.abcid.com.br/leis.html/> Último acesso em 09/07/2008.

¹⁹Sítio: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA2004050401/EX2004050401.htm> Último acesso em 20/07/2008.

²⁰O Advogado Dr. Carlos Mateus apresenta um estudo mais aprofundado sob o tema no âmbito jurídico, sobre a locação de micro em *Cyber Cafés e Lan Houses*. Sítio: www.verbojuridico.net/doutrina/tecnologia/lanhouse_cibercafe.pdf Último acesso em 20/07/2008.

²¹Comece Certo, Lan House, de Sebrae, S. Paulo, 1ª edição, 2005 Sítio: http://www.sebraesp.com.br/topo/produtos/publicações/comece%20certo/lan_house.aspx Último acesso em 30/07/08.

de alimentos e bebidas (lanches, refrigerantes), cursos de informática etc (Comece Certo, 2005, p. 46)

Segundo uma pesquisa desenvolvida pelo Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor – PROCON do Estado de Goiás, destinada as *Lan Houses* da Cidade de Goiânia, durante os dias 35 e 37 de junho de 2007, o PROCON quantificou o tear de serviços prestados pelas *Lans*, totalizando 24 tipos de produtos/serviços, bem como: impressão, xerox, encadernação, *fax*, digitação, currículo e *scanner*, contabilizados em 13 estabelecimentos, bem como a variação dos preços. Em nosso trabalho, supracitado (SANTOS FILHO, 2008, p. 06), indicamos que em 100% dos “centros pagos” friburguenses a prestação de serviços digitais se faz presente. Ora, o que temos são centros de distribuição de acesso²², que lucram com o pagamento pela hora de uso de seus computadores a custos módicos²³: para pesquisas escolares²⁴, prestação de serviços digitais e também como reduto de *gamers*²⁵, como aponta Alves (2005, p. 121) “As *Lan Houses* hoje se constituem em redutos de encontro dos *gamers* que buscam viver emoções provocadas pelos jogos em rede”.

²²“Ter o primeiro contato com o computador não é mais um sonho distante para muitos jovens de baixa renda, que dão o primeiro passo para a inclusão digital graças às lan houses. Mas na comunidade da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro, com mais de 150 mil habitantes, a Maremoto, que era uma lan house, virou ponto de acesso à Internet.”
Correspondente comunitário da ONG: Viva Favela. Sítio:
http://www.aredo.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=107&Itemid=99
Último acesso em 02/09/07.

²³Segundo os dados apurados pela pesquisa do PROCON de Goiana, nove entre às trezes *Lan Houses* pesquisa cobraram até R\$ 2,00 por hora de acesso. Sítio:
<http://www.procon.go.gov.br/procon/upload/pdf/data/pes29062007.pdf/> Último acesso em 09/072008.

²⁴Consideradas nocivas para os jovens, *Lan Houses* já são usadas como local de estudo graças ao acesso barato à Internet. Grupo de proprietários quer mudar imagem dos estabelecimentos – 19/11/2007 Sítio:
<http://odia.terra.com.br/> Último acesso em 09/072008.

²⁵ Expressão utilizada para se referir aos jogadores de games (ALVES, 2005, p.14).

Lan House e Cybercafé: perfil de usuários

A representatividade territorial das *Lan Houses* e *Cybercafés* no Brasil deve-se à demanda de acesso à Internet feita pela sociedade, e ao que esta faz neste tipo de empreendimento, supracitado, bem como ao perfil de seus usuários, como aponta o quadro dez (10).

Quadro 10 – Perfil dos usuários dos usuários de “centros pagos” de acesso à Internet

Tempo de estudo	%	Faixa etária	%	Renda <i>per capita</i>	%
Sem instrução / até 8 anos	23,9	Entre 10 a 17 anos	36,0	Até 1 salário Mínimo	32,6
Entre 8 e 10 anos	25,5	Entre 18 a 24 anos	32,1	Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,0
Entre 11 e 14 anos	40,5	Entre 25 a 39 anos	24,5	Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,6
A partir de 15 anos	10,2	A partir de 40 anos	7,4	Mais de 3 a 5 salários mínimos	14,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2005 (Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), tabelas 1.24.2, 1.20.2 e 1.22.2.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Os dados da PNAD/2005 revelam o perfil dos usuários de “centros pagos”, segundo faixa etária, renda *per capita* e tempo de estudo. Ao considerarmos a faixa etária os dados revelam que os jovens²⁶ representa a maior parte do público que os utiliza como local de acesso à Internet, representam 68,1% do público total. Quanto analisarmos o tempo de estudo, percebemos que a maioria do público é formada por indivíduos que têm até 14 anos de estudo; total de 89,9% da amostra. Por fim, no quesito renda *per capita* apontam que a maior parte do público, total de 57,2%, tem renda de até dois (02) salários mínimos, ou seja, faixa salarial de até R\$830,00. Cabe salientar que na tabela acima, o PNAD/2005 não diferencia os centros públicos de acesso à

²⁶ Segundo Moita (2006, p. 21), a classificação de jovens é até a faixa de 24 anos de idade, ao descrever o público que utiliza as *Lan Houses*, se valendo do conceito adotado pela UNESCO.

Internet em relação aos dados aferidos no quesito renda *per capita*, questão melhor trabalhada no último tópico deste capítulo.

Ora, segundo a PNAD/2005, uma boa parte do público das *Lan Houses* e dos *Cybercafés* brasileira é composta por jovens de baixa renda e com no máximo a educação básica, reflexão que aponta para existência de um público estudantil.

2.1.1.1 A Lei nº 4.782 para *Lan House* e *Cybercafé*.

No presente momento no Brasil, o cenário regulatório prescrito para *Lan Houses* e *Cybercafés* atua apenas nas esferas estaduais, ou seja, não há uma regulamentação jurídica que as legitime em esfera nacional. Para Pereira (2008, p. 36), a ausência de uma lei nacional disposta para *Lan Houses* configura-se como principal problema na aferição do total de *Lans* no Brasil. Contudo, com base em dados extraídos da rede mundial de computadores, organizações não governamentais, instituições, etc, podemos contabilizar um número estimado para *Lan Houses* em todo Brasil²⁷: estima-se que este número chegue a três mil.

Dentre os estados que prescrevem leis para os *Cybercafés* e *Lan Houses*, o único estado que regula tais empreendimentos sob a perspectiva territorial é a lei nº4.782 do Estado do Rio de Janeiro. As demais leis dos demais estados não apresentam amarras territoriais para *Cybercafés* e *Lan Houses*. Isto nos parece um equívoco, sobretudo pelo fato de esses centros compõem o espaço geográfico, por exercerem significativamente o papel de centros de distribuição de acesso à Internet, digo, empreendimentos comerciais que organizam territorialmente segundo as demandas do território por acesso à Internet.

²⁷ Sítio: <http://lanhousing.com.br/noticia8.php> Último acesso em 11/05/2007.

A lei estadual nº 4.782 do Estado do Rio de Janeiro proíbe a instalação e funcionamento de qualquer “centro pago” próximo às unidades de ensino da Educação Básica²⁸.

Art 1º - Fica proibida a abertura de estabelecimentos comerciais voltados para a locação de máquinas de jogos de computador, denominados “lan houses”, a uma distância menor que 1 (um) mil metros das unidades de ensino de 1º e 2º graus, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. (Lei nº4.782)

A justificativa desta lei tem por base a contribuição das *Lan Houses* no processo de evasão e a repetência escolar, pois atribui as *Lan Houses* um caráter único, tratando-as como novos fliperamas, o que não se configura como fato, pois é desconsiderada pelo Estado do Rio de Janeiro a sua atuação como prestadora de serviços digitais, bem como ponto de distribuição de acesso à Internet, haja visto, os dados apresentados pela PNAD/ 2005 e pelo CGI. br em pesquisa sobre uso das TIC/2007.

Em nosso trabalho (SANTOS FILHO, 2008, p. 08), discutimos que a aplicabilidade da lei nº 4.782 no Município de Nova Friburgo, um dos municípios fluminense, provocou sintomas na organização espacial das *Lans* no município nos últimos anos, principalmente pelo fato da maioria do público pesquisado consistir em adolescentes e jovens, boa parte estudantes. Os sintomas foram percebidos pela presença de *Lans* informais e algumas sob o amparo de uma “Razão Social” diferente da postulada para sua função.

As Leis estaduais regulam-nas afinando o olhar para questões como: a) a criação, obrigatória, de um cadastro de freqüentadores e usuários dos estabelecimentos; b) a proibição de consumo e venda de cigarros e bebidas alcoólicas para menores de 18 anos; c) A utilização, restrita para por crianças e adolescentes, de jogos que contenham cenas de violência ou sexo, e, d) a entrada, vedada, de crianças até 12 anos de idade sem autorização.

²⁸ Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, nº 9694 a educação básica consiste de Ensino Fundamental e Médio. Art. 21. Parágrafo I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio.

Ao discorrermos sobre o uso que a sociedade brasileira faz destes tipos de empreendimentos, podemos perceber que *Lans e Cybercafés* constituem-se pontos de distribuição de acesso à Internet para um significativo grupo de usuários, sobretudo jovens urbanos de baixa renda, provendo a baixo custo o acesso à Internet. É importante salientar que o aporte regulatório para tais centros ainda se faz em construção.

2.1.2– Telecentros, centros públicos de acesso à Internet gratuito.

Os centros públicos de acesso à Internet gratuito são uma das inúmeras políticas públicas para inclusão digital. Estas iniciativas territoriais fomentadas pelos governos têm como objetivo disponibilizar um maior acesso às TIC em regiões onde a população não a possui ou as tem de maneira precária.

Nesta pesquisa foi escolhido o termo *Telecentro*²⁹, dentre os inúmeros existentes, para referi-se aos centros públicos de acesso à Internet gratuito, porventura, a terminologia mais comum entre os brasileiros. Segundo Ferreira (2006, p. 17), os *Telecentros* surgem na década de 90 devido à ausência do computador.

Os Telecentros surgiram porque - ao mesmo tempo em que a Internet se expandia rapidamente na década de 1990, ultrapassando fronteiras e conectando cidadãos em todo o mundo – uma quantidade enorme de pessoas não tinha dinheiro nem condições para usar o computador e estava piorando sua situação econômica, social e cultural.

Os *Telecentros* têm, por definição, o objetivo de possibilitar as camadas menos favorecidas economicamente residente de áreas periféricas de centros urbanos ou em áreas mais

²⁹Os termos mais utilizados para definir os centros coletivos de acesso públicos à Internet, nos mais variados idiomas, são: *telecottage*, centro comunitário de tecnologia, *teletienda*, oficina comunitária de comunicação, centro de aprendizagem em rede, telecentro comunitário de uso múltiplo, clube digital, cabine pública, infocentro, *espace numérisé*, *Telestuben*, centros de acesso comunitário, quiosque digital, telecentros e etc.

distantes desses centros o acesso as TIC. Ao mesmo tempo, que à teia das redes telefônicas e elétricas de cada região ou país onde esses centros se instalem. Para Sorj (2003, p.67), os *Telecentros* constituem-se como o principal instrumento das políticas universalizantes de serviços de Internet em países em desenvolvimento, “além de serem uma resposta às necessidades de acesso de indivíduos sem capacidade de custear o acesso à Internet em seus domicílios”.

Os *Telecentros* são definidos por tipologias, que remetem à práxis na qual eles são submetidos. Sorj (Ibid, p. 67) descreve que estas tipologias podem ser simplificadas nos seguintes modelos: a) *Telecentros* de acesso, que provêem serviços básicos de Internet; b) *Telecentros* monopropósitos, que oferecem um único tipo de conteúdo; c) *Telecentros* de formação, que incluem também cursos de formação, e d) *Telecentros* multipropósitos, que aglutina vários serviços. Para o autor cada práxis atende a necessidade de cada região ou país do mundo “(...) Na África, em particular, os telecentros fornecem muitas vezes somente serviços de telefonia” (Ibid, p. 67). Segundo Takahashi (2000, p. 34), experiências com *Telecentros* vão desde a prestação de serviços como fax e telefonia, espalhados em escritórios no Senegal até projetos de telecomunicação e teletrabalho na Europa e Austrália.

Tal proposição, levantada por Sorj no parágrafo acima se confirma, bem como aponta Darelli (2002, p. 22), ao descrever a utilização dos centros públicos de acesso em países econômica e socialmente desenvolvidos, onde são definidos como um centro com facilidades de processamento de dados e de telecomunicações, localizado numa comunidade geográfica ou socialmente remota, de modo que essas facilidades possam ser utilizadas por todas as pessoas da comunidade.

O autor Darelli (Ibid, p. 22), assim como afirma Sorj (2003, p. 67), descreve que em países em desenvolvimento, os centros têm um papel fundamental no suporte ao processo de comunicação e desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Warschauer (2006, pp. 89-90), o tipo de uso dado aos *Telecentros* e, por conseguinte, seu público nos países em desenvolvimento difere-se dos desenvolvidos, o desafio é prover acesso universal, assegurando que todas as pessoas tenham oportunidade de fazer uso da Internet de algum modo: em casa, no trabalho, na escola e em *Telecentros*.

Segundo Lemos (2007, p. 44), a maioria dos projetos de inclusão digital ao redor do mundo, a ênfase dos projetos se aplicam em ações de caráter tecnocrático³⁰, centradas na categoria técnica. Numa análise feita pelo autor, os programas de inclusão digital no Brasil – especialmente na cidade de Salvador (BA) – a inclusão técnica está presente em 85,71% dos programas, a inclusão cognitiva em 35,71% dos programas e a econômica em 7,14%. De forma que, para o autor (Ibid, p. 46), nos programas realizados em Salvador, o conceito de inclusão digital aplicado aos projetos de inclusão digital e nos *Telecentros* baianos é pensado na dimensão tecnológica, o que Sorj (2003, p. 67) descreve como *Telecentro* de acesso.

Segundo João Cassino (2003, p. 54), coordenador de Projetos Espaciais do Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo, durante o ano de 2003 “a identificação das áreas com maior urgência de receber os *Telecentros* é feita com base no Índice de Desenvolvimento Humano (...) e adequado à cidade e aos seus distritos”. Desta forma a utilidade do *Telecentros* deve-se a sua relevância territorial, que, no caso da prefeitura de São Paulo, aplicou-se ao distrito de Tiradentes, onde ocorrera a instalação do primeiro *Telecentro* da Cidade de São Paulo (SP) em junho de 2001. Para o autor (Ibid, p. 54), a estratégia do uso dos *Telecentros* foi bem sucedida.

Ainda segundo o autor, o debate sobre o uso dos *Telecentros* deve começar com o uso de *software* livre (Ibid, p. 50) “A prefeitura de São Paulo, por meio da Coordenadoria do Governo Eletrônico, está criando uma das maiores redes em *software* livre do país, com cerca de 90 mil

³⁰ O autor descreve que inclusão digital técnica é aquela onde projeto e programas, se preocupam com a destreza no manuseio do computador, dos principais *softwares* e do acesso à Internet. Um estímulo do capital técnico (LEMOS, 2007, p.43).

usuários cadastrados nos telecentros da cidade (número de março de 2003)”. Para o autor (Ibid, p. 49), o monopólio, a restrição do conhecimento, licenças de computador, estão dando força ao movimento pelo *software* livre em vários países, inclusive o Brasil. Segundo Pires (2005, p. 05): “as políticas públicas para universalização do acesso à Internet têm sido dificultadas pelos custos tanto dos *hardwares* quanto dos *softwares*”, o autor descreve ainda (Ibid, p. 08) que somente após 2003 o Estado brasileiro adotou e implementou o uso de *softwares* de código aberto, quando instituiu o *software* livre como política pública de Estado, a exemplo do programa Kurumin³¹, o autor defende que a universalização do acesso à Internet perpassa pela promoção de políticas públicas neste sentido.

Segundo mostra a PNAD/2005, o impacto estatístico dos *Telecentros* no Brasil³² corresponde a 10,0% de todo o acesso brasileiro, contabilizando 3.208.597 de usuários, um índice de acesso ainda muito baixo, principalmente quando relacionado ao uso em “centros pagos” – 21,9% do acesso brasileiro. Porém para Sorj & Guedes (2005, p. 04) este percentual está longe de ser insignificante “No caso brasileiro, o impacto estatístico dos *Telecentros* é secundário, dado que seu número, em escala nacional, ainda é relativamente pequeno, embora, como veremos, está longe de ser insignificante para as comunidades onde eles e localizam”. A justificativa de sua análise deve-se às limitações do tempo disponível e de qualidade de acesso pelos usuários de baixa renda (Ibid, p. 17).

³¹ Sítio: <http://www.softwarelivre.org/news/3377> Último acesso em 20/07/2008.

³² Dados da PNAD/2005, presente nas tabelas 1.17.1 e 1.17.1.

Até o presente momento, segundo o Observatório Nacional de Inclusão Digital – ONID³³ o total de *Telecentros* no Brasil chega a 5.083 mil unidades espalhadas por todos os estados da federação.

Os *Telecentros*: perfil dos usuários

A representatividade territorial descrita pelos *Telecentros* assinala-se, sobretudo, pelo perfil de seus usuários, como demonstra o quadro onze (11).

Quadro 11 - Perfil dos usuários dos usuários de centros públicos de acesso à Internet gratuito

Tempo de estudo	%	Faixa etária	%	Renda <i>per capita</i>	%
Sem instrução / até 8 anos	24,9	Entre 10 e 17 anos	35,6	Até 1 salário Mínimo	32,6
Entre 8 e 10 anos	21,2	Entre 18 e 24 anos	31,2	Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,5
Entre 11 e 14 anos	40,6	Entre 25 e 39 anos	23,7	Mais de 2 a 3 salários mínimos	13,7
Acima de 15 anos	13,3	Acima de 40 anos	9,4	Mais de 3 a 5 salários mínimos	12,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2005 (Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), tabelas 1.24.2, 1.20.2 e 1.22.2.

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Os dados da PNAD/2005 revelam o perfil dos usuários de “centros gratuitos”, segundo faixa etária, renda *per capita* e tempo de estudo. Ao considerarmos a faixa etária os dados revelam que os jovens representam a maior parte do público que utiliza os “centros públicos” como local de acesso à Internet, representam 68,8% do público total. Quando ao analisarmos o tempo de estudo percebemos que a maioria do público é formada de indivíduos que tem até 14

³³Sítio: <http://www.onid.org.br/mapas/> Último acesso em 20/08/2008.

anos de estudo, 85,7% do total. No que tange a renda *per capita* nos “centros gratuitos”, este percentual é o mesmo apresentado no sub-capítulo anterior, quando analisamos a renda *per capita* nos “centros pagos”.

Ora, segundo a PNAD/2005, uma boa parte do público dos *Telecentros* brasileiros, bem como o das *Lan Houses* e *Cybercafés*, é composta por jovens com no máximo a educação básica, ou seja, ambos dispõem do mesmo público estudantil. Lembrando que a PNAD não atenta para diferenciar a renda *per capita* nos centros públicos de acesso a Internet, a pesquisa apresenta um indicador único para *Telecentros*, *Lan Houses* e *Cybercafés* neste quesito.

Constituiu-se como objetivo deste sub-capítulo descrever a origem, bem como as práticas às quais os *Telecentros* estão submetidos, apontando como público alvo à parcela da sociedade que não é provida de acesso à Internet, ou que tem de maneira precária. Pode-se assim esclarecer que a ação dos *Telecentros* é por demais significativa, mas a sua representatividade territorial em âmbito nacional é baixa, revelando a necessidade de políticas neste sentido.

2.2 – Telecentro, Lan Houses e os Cybercafés: indícios de um confronto territorial.

Os centros públicos de acesso à Internet no Brasil comportam uma grande gama de usuários, e efetuam uma real distribuição do acesso à Internet, evidenciando aspectos que perpassam análises territoriais, como as apresentadas nas regiões metropolitanas e em regiões de governo. Ao utilizar como base a amostra da PNAD/2005 e pesquisa do CGI.Br sobre o uso das TIC/2007 percebe-se que nas regiões metropolitanas, bem como nas áreas urbanas, o acesso à Internet em centros públicos de acesso é, para muitos, uma alternativa de acesso à rede mundial de computadores.

Sob a égide de objetivos distintos as *Lan Houses*, *Cybercafés* e *Telecentros* compõem este cenário de distribuição que contabiliza 28% do acesso à Internet no Brasil, mas vale salientar que da mesma forma que os objetivos revelam uma ação dissonante dos “centros”, sendo o *Telecentro* marcado pela gratuidade e as *Lan Houses* e os *Cybercafés* pela mercantilidade, a representatividade territorial também é dissonante. Ora, o que temos é uma representatividade muito maior dos centros privados em contra partida aos centros públicos. *Lan Houses* e *Cybercafés* detêm 21,9% do acesso à Internet no Brasil, enquanto os *Telecentros* apenas 10% deste.

No que se refere ao perfil dos usuários de *Telecentros*, este condiz com os das *Lan Houses* e *Cybercafés*, aliás, os percentuais quase se igualam. O público constitui-se majoritariamente de jovens, que nas *Lans* e nos *Cyber* correspondem a 68,1% e nos *Telecentros* a 68,8%. No que tange a escolarização esta diferença fica entre 49,4% e 45,1%, e, entre os indivíduos que tem até 10 anos de estudo, e 40,5% e 40,6% entre o grupo entre 11 e 14 anos de estudo. È importante frisar que para ambos os centros, o público constitui-se de jovens de baixa renda. Levando-nos a crer que a lógica capitalista prescrita pelas *Lans* e *Cybercafés* e a política pública dos *Telecentros* se instalam no território, sob a forma destes centros, e estas territorialidades se confrontam.

As *Lans* e *Cybers* configuram-se hoje como um dos principais pontos de distribuição do acesso à Internet no Brasil, afirmação confirmada pelos dados supracitados, e que já compõem argumentações³⁴ sobre o papel dos “centros pagos” no cenário da inclusão digital brasileira. Isto se deve, especialmente, à ação do Estado brasileiro, que, mesmo aferidos inúmeros projetos e

³⁴Segundo Antônio Carvalho de Cabral da Fundação Getúlio Vargas – FGV “Apesar de gratuito, o telecentro impõem várias restrições de acesso. Não se pode jogar nem acessar os sites de relacionamento como o Orkut” para ele “Isto afasta os jovens, que preferem as lans” – Uma Janela para o Mundo Digital. Revista Época de 28 de julho de 2008 – página 74.

programas de inclusão digital, até o presente momento ainda não supre a demanda da sociedade brasileira por acesso.

Ao vislumbrar o perfil dos usuários de “centros públicos”, sejam eles privados ou públicos, percebemos a existência majoritária de jovens de baixa renda, e boa parte em idade escolar, que, mesmo com a ação significativa dos *Telecentros*, como descreveram Sorj & Guedes (2005, p. 04) e Cassino (2003, p. 54), o acesso à Internet em *Lan Houses* e *Cybercafés* é ainda superior. Cabe ainda salientar que o perfil (juvenil) apresentado reforça uma tendência nacional, pois segundo os dados da PNAD/2005, os jovens representam 48,4% do público que acessam à Internet no Brasil³⁵.

A exclusão digital no território brasileiro é guiada por questões determinantes, que como pudemos observar no primeiro capítulo são alguns fatores que mesmo com o grande fomento de políticas de inclusão promovidas pelo governo atual, enredam o problema do acesso à Internet para as populações economicamente menos favorecidas, de forma que, para muitos jovens de baixa renda o acesso à Internet deve-se a ação de *Lans* e *Cybercafés*.

O papel do Estado brasileiro é imprescindível no que tange à adoção de políticas públicas que visem à inclusão digital, a exemplo do que foi apresentado no primeiro capítulo. Para adoção de um *Telecentro*, os municípios brasileiros, podem em primeiro lugar, usufruir do capital público (Receita Municipal) municipal, em segundo utilizar recurso privado, numa permuta entre capital privado e poder público e em terceiro lugar utilizar-se de recursos da União.

Desta forma, um programa que possa aumentar o número de unidades de *Telecentros* deve conter em sua estrutura mais do que os parâmetros já existentes, como já vem sendo executado pelo Ministério das Comunicações – MIC, no Programa Federal de Inclusão Digital que se iniciou no ano de 2006, e que tem com um de seus objetivos a execução descentralizada

³⁵ Dados da PNAD/2005, apresentados na tabela 1.2.2.

dos *Telecentros*. Esta descentralização obedece a obrigações, por parte do governo, que realmente possibilitam maior ação territorialmente destes, como podemos ver no EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 001/2006 emitido em 31 de Outubro de 2006 pelo Ministério das Comunicações – MIC:

4.1.2 Kit de Computadores, com provimento de infra-estrutura de rede lógica e de sistemas, instalação de softwares livres a serem utilizados nos computadores, programas informatizados de gestão do Telecentro e disponibilização da padronização visual interna e da fachada da Unidade”;

4.12 Ressalvados os casos especiais, o Município com até 30.000 habitantes poderá ser contemplado com um telecentro, de 30.001 a 80.000 com até 2 telecentros, de 80.001 a 150.000 com até 3 telecentros, mais de 150.000 habitantes com até 5 telecentros;

4.3.3 Provedor de acesso à Internet em banda larga, ou viabilizar as condições para tal;

4.3.4 Instalação de linha telefônica para contatos com o Ministério das Comunicações e as centrais de suporte técnico dos fornecedores do conjunto de bens.

Tais critérios auxiliam na descentralização das unidades de *Telecentros*, pois atendem a demanda por faixa populacional, e poderão, assim, provocar maior impacto territorial na organização espacial dos “centros gratuitos” brasileiros, sobretudo, pelo somatório de unidades (5.400 unidades) prescritas de *Telecentros*.

A postulação de indícios de confronto territorial entre centros públicos e privados, presume-se na clarividência de que *Lans* e *Cybercafés* coabitam o espaço geográfico em virtude de uma deficiência territorial dos *Telecentros*, fato causado pelo público que o utiliza, na medida em que em ambos os centros, gratuitos ou pago, o coletivo de usuários constitui-se de jovens de baixa renda.

O que podemos perceber na equação dos capítulos até aqui dissertados demonstra a relevância territorial dos centros públicos de acesso à Internet no tocante da inclusão digital brasileira, sobretudo pelos indicadores de acesso, mas também nos distintos objetivos em que *Telecentros*, *Lans* e *Cybercafés* assumem territorialmente, e que vislumbraremos como exemplificação, no capítulo seguinte.

CAPITULO III – O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS: UMA EXEMPLIFICAÇÃO

Este capítulo cumpre com o objetivo de assinalar o recorte espacial, o município de Duque de Caxias, inserindo análises sobre o município no contexto metropolitano.

O vislumbre da espacialidade dos programas de inclusão digital no município, assim como a implementação da rede “*wi-fi*”, proposta pelo programa *Baixada Digital*, e das *Lan Houses* no município configuram-se como prerrogativas da exemplificação proposta neste capítulo.

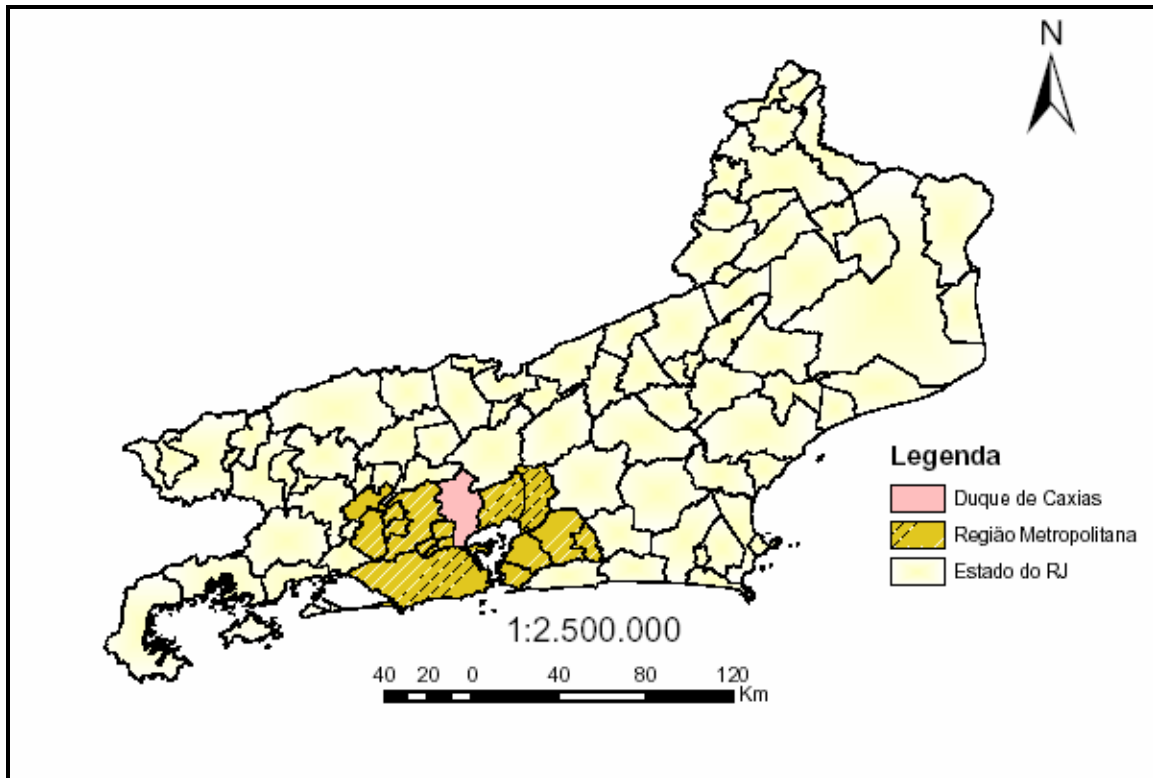
3.1 Delimitando o recorte espacial: o município de Duque de Caxias.

O desenho territorial em análise, o município de Duque de Caxias, um dos 92 (noventa e dois) do Estado do Rio de Janeiro, está inserido na região metropolitana fluminense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (ver mapa dois (02)). O município em questão apresenta-se também como um dos treze (13) municípios da baixada fluminense³⁶, desenho territorial harmonizado pela Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana – SEDEBREM³⁷. Para este órgão os municípios da baixada são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi e São João de Meriti, Seropédica, Itaguaí e Queimados.

³⁶Tratada por Oliveira (2004, pp. 29-40) como Baixada Política. Para Marques (2006, p. 07) o conceito de Baixada Fluminense constituiu-se em expressão polissêmica.

³⁷ Sítio: <http://www.cide.rj.gov.br/cide/index.php> Último acesso em 15/08/2008.

Mapa 2–Localização do Município de Duque de Caxias na Região Metropolitana Fluminense



Fonte: Centro de Informações e Dados Estatísticos – CIDE.
Organizado por: Giselma Pessoa, 2008.

3.2 O município de Duque de Caxias no contexto metropolitano fluminense.

O município em análise está inserido no contexto da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, que o qual, durante muito tempo, junto com os demais municípios da região metropolitana, se constituíram apenas como locais de passagem, até tornarem-se periferia direta da região. Segundo Ribeiro (2002, p. 15), a região metropolitana fluminense institui-se devido à lei federal de 1969, que denominou a região como concentração metropolitana. Para o autor (Ibid, p. 17), no processo de sua formação, a malha metropolitana constituída pelo núcleo, o município

do Rio de Janeiro, espreado-se em direção à periferia – baixada fluminense – e para o lado oriental de Baía de Guanabara.

Na década de 50, os geógrafos Geiger & Santos (1955, pp. 292-293), embora colocando a região da baía da Guanabara sob uma definição geomorfológica, como baixada fluminense, os autores atribuíram a esta, uma regionalização engendrada a partir da estrutura sócio-econômica, partindo de estudos sobre os loteamentos, principalmente, no município de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Esta nova percepção dada pelos geógrafos à região soergueu novos debates para os municípios na época, atribuindo a boa parte destes o contorno de “cidade dormitório”.

Para Simões (2007, p. 102), o momento que marca a redefinição do papel econômico para boa parte dos municípios metropolitanos ocorre a partir da aparição da ferrovia. Segundo Abreu (1988, p. 50), tal aparição interfere na construção urbana dos subúrbios, sobretudo, nas áreas próximas às estações. Cabe salientar que hoje, em boa parte dessas áreas próximas às estações, especialmente nos municípios da baixada fluminense, edificaram-se os distritos sede destes municípios.

Em 1858 foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de ferro Dom Pedro II, ligando a freguesia de Santana a Queimados (distrito do atual município de Nova Iguaçu). Nesse mesmo ano foram inauguradas as estações de Cascadura e Engenho Novo (no Rio de Janeiro) e de Maxambomba (atual distrito sede de Nova Iguaçu). (...) O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos (ABREU, 1988, p. 50).

As contradições no processo de urbanização no país se constituíram também no interior da metrópole³⁸ fluminense. Para Lago (2000, p. 218), a desigualdade presente no interior da

³⁸ “A metrópole é uma forma histórica de organização do espaço geográfico. Um tipo específico de hábitat (habitat) humano. A forma pela qual expressa o maior nível de adensamento populacional existente na superfície terrestre.”(MORAES, 2006, p.23)

metrópole aprofundou-se na década de 80, pois a precarização das condições de trabalho e o empobrecimento da população ocorreram de modo mais pronunciado nestas áreas, e tal desigualdade ainda se faz presente para muitos destes municípios. No caso do município de Duque de Caxias³⁹, a associação do município com uma metrópole nacional não interferiu na promoção de um exuberante quadro social.

Embora o município de Duque de Caxias desempenhe um potencial econômico de grande importância para o Estado, tal promoção econômica não se reflete num bom quadro social. Simões (2007, pp. 224-225) expõe que a presença dos capitais privado e estatal e a arrecadação de impostos de grandes empresas como, por exemplo: a empresa CIFERAL⁴⁰; o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO⁴¹; o Pólo Gráfico do Jornal O Globo⁴²; O Pólo Gás-Químico⁴³, e, sobretudo, a Refinaria de Duque de Caxias – REDUC⁴⁴, até o presente momento não constituíram fator para avanço social do município:

O mais rico dos municípios da Baixada, que possui o segundo maior PIB do Estado, é também o que representa as maiores desigualdades sociais, econômicas e espaciais. O principal motivo é a presença da Refinaria Duque de Caxias da Petrobrás ou Reduc, cujo imenso valor de sua produção, cerca de seis bilhões de reais, entra no item de indústria de transformação, que corresponde por 53,3% do PIB municipal. Além disso, o município possui, mais de 800 indústrias, localizadas principalmente no eixo da Rodovia Washington Luís (SIMÕES, 2007, pp. 224-225).

O projeto Repensar desenvolvido pelo Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV, através das instituições: Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro – FIRJAM

³⁹Inserido na região metropolitana fluminense em 01/07/1974, segundo a lei complementar federal nº 020.

⁴⁰Sítio: <http://www.marcopolo.com.br/novo/ciferal/historia.asp> Último acesso em 06/06/2008.

⁴¹Sítio: http://www.inmetro.gov.br/inmetro/localizacao_xerem.asp Último acesso em 06/06/2008.

⁴²Sítio: http://www.facha.edu.br/publicacoes/jornallab/2005/jun_jul_ago/pag4.pdf Último acesso em 06/06/2008.

⁴³Sítio: <http://www.simperj.org.br/projetos/poloGasQuinico.asp> Último acesso em 06/06/2008.

⁴⁴Sítio: <http://www.cmdc.rj.gov.br/base.asp?area=historia&id=4> Último acesso em 06/06/2008.

e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio de Janeiro – SEBRAE – RJ, executado pelo Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CEPUERJ, consistiu em capacitar comissões municipais de emprego do Estado do Rio de Janeiro no final da última década. A prerrogativa do projeto versava em identificar as potencialidades econômicas e competitividade das regiões do Estado do Rio de Janeiro. O relatório final apontou observações em relação às principais vocações econômicas do município de Duque de Caxias, um dos municípios avalizados pelo projeto na região Baixada – II (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, São João de Meriti), que poderemos observar no quadro doze (12).

Quadro 12–Atividades identificadas pelo projeto Repensar: município de Duque de Caxias

Total de atividades	Atividades econômicas
1	Fabricação e engarrafamento de bebidas
2	Fabricação industrial de produtos alimentares, beneficiamento, moagem e torrefação.
3	Indústria de artefatos e ferro, aço e não ferrosos, ferramentas manuais de artefatos de cutelaria e de metal para escritório e uso doméstico; estamparia, funilaria e embalagens
4	Indústria de equipamentos eletrônicos
5	Indústria de estruturas de cimento, fibrocimento e de peças de amianto, gesso, estuque.
6	Indústria de máquinas, aparelhos e equipamentos para a geração, transmissão, distribuição, medição e controle de energia elétrica, peças e acessórios.
7	Indústria de máquinas, aparelhos e peças e equipamento mecânicos.
8	Indústria de mobiliário.
9	Indústria de produtos de matérias plásticas
10	Indústria de vestuário
11	Indústria de produtos de borracha
12	Indústria gráfica
13	Indústria petroquímica
14	Indústria química e de perfumaria, sabões e velas
15	Refino do petróleo
16	Indústria química fina.

Fonte: PROJETO REPENSAR

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Segundo o relatório do projeto Repensar, as vocações do município de Duque de Caxias refletiram na condição eminentemente industrial, o município destaca-se ainda pela amplitude das suas atividades, como demonstra o quadro acima. O potencial de desenvolvimento foi contemplado pela perspectiva da implantação de um pólo petroquímico, hoje já em funcionamento. Simões (Ibid, p. 224) lembra que atualmente o município possui mais de 800 indústrias, boa parte delas localizadas no eixo da Rodovia Washington Luís, eixo viário que representa a ligação mais importante entre o centro de Duque de Caxias e o restante do território municipal, além de ser o principal acesso entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Segundo o diagnóstico⁴⁵ desenvolvido pela Rede Comunidades COEP (Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e FURNAS Centrais Elétricas S. A., sobre o bairro Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias, o município apresenta um volumoso contingente de estabelecimentos comerciais, ao se valer dos dados da associação comercial de Duque de Caxias, o diagnóstico aponta a existência de 9.865 estabelecimentos, a maior parte localizado na área central do município.

O diagnóstico descreve ainda que o município de Duque de Caxias “vive uma situação paradoxal”⁴⁶, no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico, Simões relatou (2008, pp. 224-233) que o município apresenta umas das maiores desigualdades no estado do Rio de Janeiro. Tais afirmativas podem ser vislumbradas pelos indicadores do IBGE para o Produto Interno Bruto – PIB do município de Duque de Caxias, quando relacionada ao (seu) Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que é de apenas 0,753 pontos, sendo classificado pelo

⁴⁵Sítio: http://www.ibase.br/pubibase/media/diagnostico_gramacho.pdf Último acesso em 17/08/2008.

⁴⁶Questão tratada também por Rocha & Santos Filho (2006).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD como mediano (IDH entre 0,5 e 0,8), o que coloca o município na 52º colocação do ranking estadual de IDH-M, enquanto isso, simultaneamente, o município ocupa a 2º posição no Ranking do PIB estadual metropolitano, como mostra o quadro treze (13).

Quadro 13 – A população, PIB e IDH dos municípios da região metropolitana fluminense.

Municípios Metropolitanos fluminenses	Valores totais (1 000 R\$) PIB de 2004.	População em 2000.	Valores per capita (1,00 R\$) PIB de 2004.	Índice do IDH – dados de 2000.	IDH Class. Munic.
Rio de Janeiro	114.372.373	5.857.913	18.935	0,842	2º
Belford Roxo	3.096.178	434.477	6.586	0,742	60º
Duque de Caxias	15 818.944	775.451	19.117	0,753	52º
Guapimirim	249.378	37.942	5.832	0,739	63º
Itaboraí	982.636	187.477	4.664	0,737	67º
Japeri	331.750	83.265	3.615	0,724	77º
Magé	1 112.849	205.836	4.920	0,746	57º
Mesquita*	1 251.790	177.689	7.045	**	**
Nilópolis	865.249	153.719	5.708	0,788	16º
Niterói	7 862.033	459.452	16.703	0,886	1º
Nova Iguaçu*	5 177.697	814.509	6.357	0,762	45º
Paracambi	283.027	40.482	6.670	0,771	39º
Queimados	805.266	121.987	6.046	0,732	73º
São Gonçalo	5 596.397	891.134	5.923	0,782	23º
São João de Meriti	2 515.507	449.483	5.457	0,774	35º
Seropédica	325.802	65.256	4.557	0,759	47º
Tanguá	124.416	26.068	4.538	0,722	82º

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (censo de 2000) – dados de população e IDH. Centro de Informações e Dados Estatístico – CIDE (2004) – dados de PIB, tabela 28.12.

Organizador por: SANTOS FILHO. Sidney Cardoso, 2008.

* Dados sobre a população dos municípios de Mesquita e de Nova Iguaçu correspondem a dados estimados do ano de 2004, isto devido à emancipação de Mesquita ocorrida apenas em 2001.

** Sem dados.

Percebe-se ao vislumbrar o quadro treze (13), que o município em análise configura-se como o de maior descompasso socioeconômico dentre os (seus congêneres) metropolitanos,

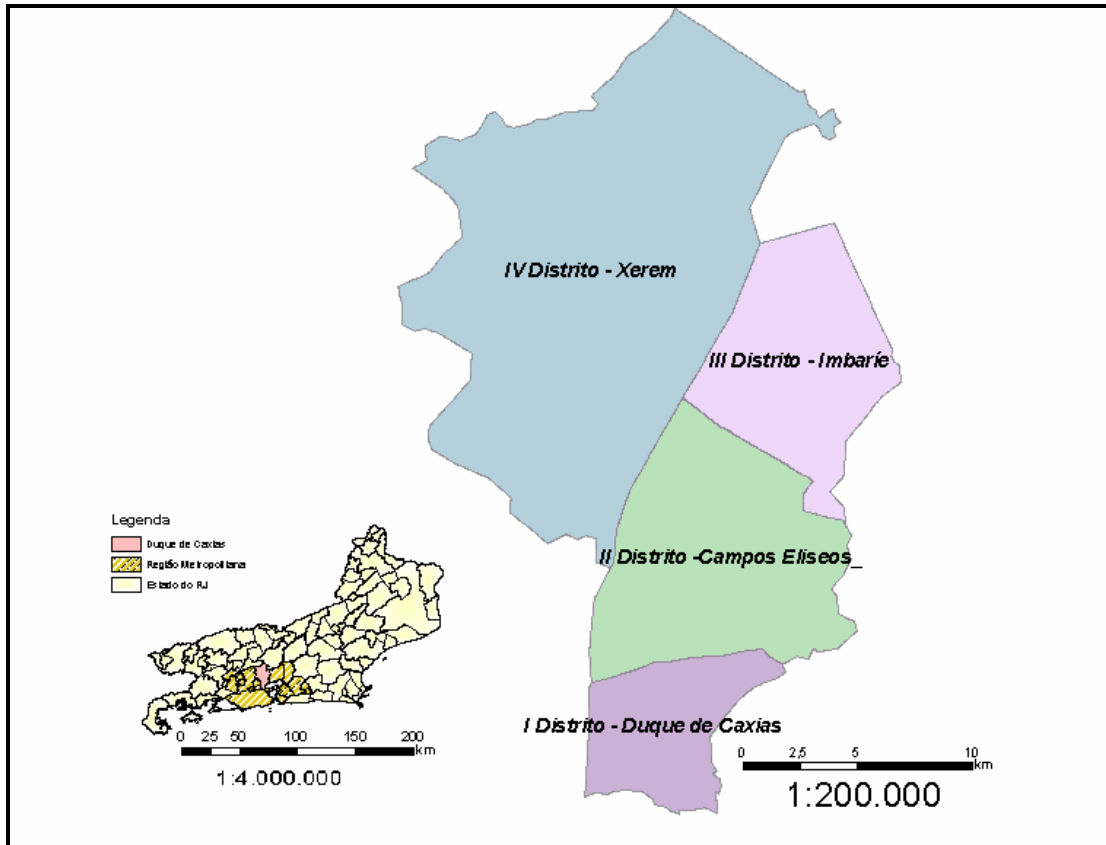
confirmado pela sua grande representatividade econômica, mas que também revela a precariedade social do município. O entrelaçamento desta situação com os indicadores de incluídos digitais, bem como o número de pontos de inclusão digital do município em questão, apresentados no sub-capítulo seguinte, justificaram a escolha do recorte espacial.

A divisão distrital do município

O município de Duque de Caxias é regionalizado em quatro (04) distritos⁴⁷. Segundo o decreto de Lei do ano de 1954, nos termos do § 4º do art 24 da Constituição Estadual, o município desmembrou o então segundo (2º) distrito: Imbariê – passando-o para terceiro (3º) distrito –, em mais dois (02) novos distritos, com a denominação de Campos Elyseos, como segundo (2º) distrito e a de Xerém, como quarto (4º) distrito. Após este decreto o município de Duque de Caxias tem caminhado até o presente momento com quatro unidades regionais (1º Duque de Caxias, 2º Campos Elíseos, 3º Imbariê, 4º Xerém), o decreto delimitou ainda os limites geográficos de cada um dos distritos criados. O mapa três (03) demonstra a partilha dos distritos do município de Duque de Caxias.

⁴⁷ Regionalização prescrita na Lei Orgânica do Município.

Mapa 03 - Localização do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro e a sua divisão distrital



Organizado por: Giselma Pessoa, 2008.

Segundo Souza (2000, p. 52), o município⁴⁸, imediatamente a sua fundação (31 de Dezembro de 1943), experimenta um vertiginoso crescimento populacional: em 1950, a população estava estimada em 123.432 habitantes, em 1960, atingiu os 243.619 habitantes, em 1970, 431.348. Para autora isso ocorre justamente no período do desenvolvimento industrial fluminense, onde maior atração de mão-de-obra para os grandes centros cominou num deslocamento dos trabalhadores mais empobrecidos para áreas mais baratas da região

⁴⁸Em 14 de março de 1931, foi criado, pelo Decreto Estadual Nº 2.559, o distrito de Caxias, com sede na antiga Estação de Meriti, pertencente ao então município de Nova Iguaçu. Em 31 de dezembro de 1943, através do Decreto-Lei 1.055, elevou-se à categoria de município recebendo o nome de Duque de Caxias.

metropolitana. Para Simões (2007, pp. 229-230), a segregação social no município em questão, ocasionado pela segregação metropolitana, tem um padrão bem definido:

(...) nos distritos de Campos Elíseos, Imbariê e Xerém, se instalaram bairros populares originários de loteamentos ocupados recentemente, marcados pela precariedade de serviços e habitados por uma população de baixa renda. (...) Os bairros com a melhor qualidade de vida são, os mais antigos, próximos estação de Duque de Caxias e os de pior qualidade são as áreas de favelas e os que se formaram de recentes loteamentos populares, localizados nos distritos de Campos Elíseos, Xerém e Imbariê.

Segundo autor (Ibid, p. 226), a área central de Duque de Caxias, que tem como ponto de referência à estação ferroviária, detém da maior concentração de serviços e de população. Cabe salientar que o processo de ocupação do subúrbio (CAMPOS, 2008, p. 95), assim como o do município de Duque de Caxias, dá-se ao longo da ferrovia, fazendo do primeiro distrito o mais antigo dentre os demais, e, por conseguinte onde estão presentes os bairros mais nobres e antigos.

O processo de ocupação no município inicia-se no primeiro distrito, distrito limítrofe do município do Rio de Janeiro, guiados pelos fatores anteriormente apresentados, e esta ocupação caminha em direção aos demais distritos do município, consecutivamente, sobretudo em função da expansão do eixo ferroviário e dos eixos viários: a) a Av. Presidente Kennedy, que interliga o 1º e o 2º distrito; b) a Rodovia Washington Luís (BR 040), que liga os quatro distritos e c) a Rodovia Rio – Teresópolis (BR 493) que perpassa o 2º e 3º distrito.

A diferença populacional entre os distritos caxienses exemplifica o seu processo de ocupação. Segundos dados do censo do IBGE, do ano de 2000, a diferença populacional entre os distritos caxienses é acentuada, principalmente se compararmos o primeiro (1º) distrito que totaliza 338.542 habitantes, com os demais distritos. No segundo (2º) distrito temos uma população de 243.767 habitantes, no terceiro (3º) 140.246 habitantes e no quarto (4º) 52.901 habitantes.

3.3 Um panorama sobre os programas de inclusão digital no município de Duque de Caxias.

Em comunidades de baixa renda, o *apartheid* tecnológico se aprofunda, na medida em que, nestas áreas, a quantidade de computador individual é muito mais baixo do que a média nacional. Segundo os dados levantados por Sorj & Guedes (2005, p. 25), em pesquisa realizada junto com a Unesco e o ICA – *Institute for Connectivity Americas*, o autor levanta que em comunidades carentes do município do Rio de Janeiro a taxa de incluídos digitais é de 9%. É salutar enfatizar que o município de Duque de Caxias apresenta índices mais alarmantes que os apresentados pelos autores – Sorj & Guedes – para comunidades carentes cariocas. O município apresenta uma taxa de apenas 6,8%, - segundo análises do mapa da exclusão digital desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas em 2003 - bem abaixo, portanto, da média nacional (21% da população). O quadro quatorze (14) aponta a taxa de incluídos digitais, assim como o quantitativo de pontos de inclusão digital, presentes no mapa da inclusão digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

Quadro 14 – Total de Pontos de Inclusão Digital – PIDs e taxa de incluídos na região metropolitana fluminense.

Municípios	Pontos de Inclusão Digital – PID	Incluídos Digitais (taxa de inclusão)	Ranking dos MID nacional
Rio de Janeiro	504 PIDs ***	23,60	19°
Belford Roxo	27 PIDs **	4,34	1470
Duque de Caxias	62 PIDs ****	6,80	798°
Guapimirim	06 PIDs	5,05	1225°
Itaboraí	08 PIDs	4,71	1325
Japeri	07 PIDs	3,08	1982°
Magé	14 PIDs**	4,71	1326°
Mesquita	08 PIDs	*	*
Nilópolis	08 PIDs	13,48	145°
Niterói	47 PIDs	34,16	2°
Nova Iguaçu	40 PIDs ***	7,28	706°
Paracambi	06 PIDs	8,43	540°
Queimados	08 PIDs	3,75	1666°
São Gonçalo	51 PIDs****	9,77	390°
São João de Meriti	22 PIDs**	7,48	676°
Seropédica	06 PIDs	4,88	1273°
Tanguá	01 PIDs	3,20	1926°

Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT⁴⁹ (Julho de 2008) e Mapa da Exclusão Digital da Fundação Getúlio Vargas – FGV (2003⁵⁰).

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

* Sem dados computados

** Unidades de *Telecentros* incorporadas ao quadro, inerente ao Centro de Inclusão Digital – CID⁵¹.

*** Unidades de *Telecentros* incorporadas ao quadro, inerente ao programa Casa Brasil⁵².

**** Unidades de *Telecentros*, inerente ao Centro de Inclusão Digital – CID e ao programa Casa Brasil.

⁴⁹Sítio: <http://inclusao.ibict.br/mid/mid.php> Último acesso em: 21/07/2008.

⁵⁰Sítio: http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/apresentacao.htm Último acesso em 21/07/2008.

⁵¹Sítio: <http://www.baixadigital.com.br/ocid.html> Último acesso em: 22/07/2008.

⁵²Sítio: http://www.casabrasil.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=57 Último acesso em: 22/07/2008.

Como em muitos municípios brasileiros, o município de Duque de Caxias apresenta uma gama de programas de inclusão digital, principalmente em função dos Índices de Desenvolvimento Humano, como vimos até então. Índices que se refletem no quadro geral de incluídos digitais (6,8% da população). O recorte espacial em análise apresentava, até o momento da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, uma das menores taxas de incluídos entre os municípios metropolitanos fluminenses, e, contraditoriamente, maior quantidade de pontos de inclusão digital (62 PIDs), desprezado apenas o município sede, que detém 504 pontos de inclusão digital. Questões que realçam a escolha deste município no exercício de exemplificar a ação dos centros públicos de acesso à Internet, sobretudo, no acesso ofertado por *Lan Houses* e *Cybercafés*.

É importante salientar que, na sombra do cadastro apresentado pelo mapa da inclusão digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, o qual faz o cômputo um levantamento de dois anos de pesquisa, além do cadastro acumulado disponibilizados *online*⁵³ - o mais completo neste quesito - há outros programas de inclusão digital que compõem esta pesquisa sobretudo por corresponderem a políticas públicas municipais e federais. Tais políticas municipais foram essenciais para fazer de Duque de Caxias o município metropolitano, sem levar em conta o município sede, com o maior número de pontos de inclusão digital.

O quadro quinze (15) aponta o total de pontos de inclusão digital - PIDs no município de Duque de Caxias, gerido por onze programas distintos.

⁵³ Sítio: <http://marula.ibict.br/inclusao/mid/cadastro/cadastro.php> Último acesso em: 23/07/2008.

Quadro 15 – Total de programas de inclusão digital no município de Duque de Caxias e a sua distribuição geográfica

Programas no município	Total de pontos por programa	Os programas que têm unidades de <i>Telecentros</i>	Pontos de inclusão por distrito
Internet na Praça	01 Ponto	Todo	1º distrito
CID	22 Pontos	Todos	1º/ 09 pontos 2º/ 07 pontos 3º/ 05 pontos 4º/ 01 ponto
Casa Brasil	01 Ponto	Todo	3º distrito
Tonomundo Telemar/OI	02 Pontos	Não tem	1º/ 01 ponto 3º/ 01 ponto
McInternet Mcdonald's	04 Pontos	Todo	1º/ 04 pontos
GESAC	04 Pontos	Todo	1º/ 01 ponto 2º/ 01 ponto 3º/ 02 pontos
Faetec Digital	01 Ponto	Todo	3º distrito
EICs – CDI	05 Pontos	Todo	1º/ 03 pontos 2º/ 02 pontos
Conecta – Telemar/OI	08 Pontos	Todo	1º/ 03 pontos 2º/ 04 pontos 3º/ 01 ponto
Proinfo/ Federal	13 Pontos	Não tem	1º/ 09 pontos 2º/ 03 pontos 4º/ 01 ponto
Telecentro Comunitário – BB	01 Ponto	Todo	1º distrito
Total : 11 programas	Total: 62 pontos	Total <i>Telecentros</i> : 47 unidades	1º/ 32 pontos 2º/ 17 pontos 3º/ 11 pontos 4º/ 02 pontos

Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Centro de Inclusão Digital – CID e programa Casa Brasil. Organizado por: SANTOS FILHO. Sidney Cardoso, 2008.

Os programas imersos no recorte espacial de Duque de Caxias são:

A) Internet na Praça⁵⁴ – O programa consiste na distribuição de acesso seguindo o modelo de *Telecentro*. O programa conta com apenas um ponto no centro do município. O mesmo utiliza-se

⁵⁴Sítio: <http://cidsaracuruna.blogspot.com/2007/10/duque-de-caxias-ganha-primeiro-centro.html> Último acesso em 21/07/2008.

de equipamentos – máquinas caça-níqueis – apreendidos pela polícia fluminense⁵⁵, para confecção dos computadores. Uma estratégia positiva para “dar fim” a este tipo de equipamento ilegal utilizado pela contravenção.

B) O Centro de Inclusão Digital – O centro de Inclusão Digital – CID configura-se como um *Telecentro* e é distribuído geograficamente em quatro municípios da baixada fluminense: Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Magé, totalizando vinte oito (28) PIDs⁵⁶. No município de Duque de Caxias encontra-se a maior parte do programa: são vinte e dois (22) pontos. A presença de tal política para município é por demais significativa, em primeiro lugar devido ao número de *Telecentros*; em segundo, pela identidade do projeto, que se resvala (apóia) eleitoralmente na figura política do atual secretário Estadual de Ciência e Tecnologia e Deputado Federal: Alexandre Cardoso⁵⁷, que assina a autoria do projeto.

C) Casa Brasil – Este projeto é equipado por um *Telecentro*, auditório, biblioteca, sala de leitura, espaço multimídia, oficina de rádio, laboratório de divulgação da ciência, posto bancário e módulos de representação dos governos federal, estadual e municipal. Este programa conta com um ponto no terceiro distrito do município.

D) Tonomundo – O programa é originário de ações de responsabilidade social da empresa OI/TELEMAR, através da implantação de laboratórios de informática com acesso à Internet em escolas públicas de ensino fundamental. O programa conta com dois pontos no município.

E) McInternet do Mcdonald's – O programa oferece gratuitamente aos seus clientes e funcionários o acesso rápido à rede mundial de computadores. O período de navegação varia de

⁵⁵Sítio: www.duquedecaxias.rj.gov.br Último acesso em 30/07/2008.

⁵⁶Sítio: <http://www.baixadadigital.com.br/ocid.html> Último acesso em 22/07/2008.

⁵⁷Nas eleições de 2006 obteve o quarto mandato como deputado federal, com mais de 102 mil votos. Sítio: <http://www.alexandrecardoso.com.br/site/index.php?p=dep> Último acesso em 20/07/2008.

15 minutos à uma hora. Para utilizar o serviço, basta apresentar o tíquete de compra dos produtos McDonald's. O programa conta com quatro pontos no município.

F) GESAC – O programa do Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão do Governo Federal, que tem como meta disponibilizar acesso à Internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital a comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores. Atendendo prioritariamente às comunidades com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) ou que estejam localizadas em regiões onde as redes de telecomunicações tradicionais não oferecem acesso local à Internet em banda larga. O programa conta com dois pontos no município.

G) FAETEC DIGITAL – O Programa do governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia – SECT e da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, oferece acesso gratuito à Internet banda larga, para utilização de serviços públicos, com o auxílio de um monitor, contendo de seis a 12 computadores por núcleo. O programa conta com um ponto no terceiro distrito do município.

H) EIC – CDI – Programa das Escolas de Informática e Cidadania foi criado 1995 pelo Comitê para Democratização da Informática – CDI, e compreende espaços informais de ensino que promovem não só a capacitação técnica em Informática, mas também distribuem acesso. O programa conta com cinco pontos no município.

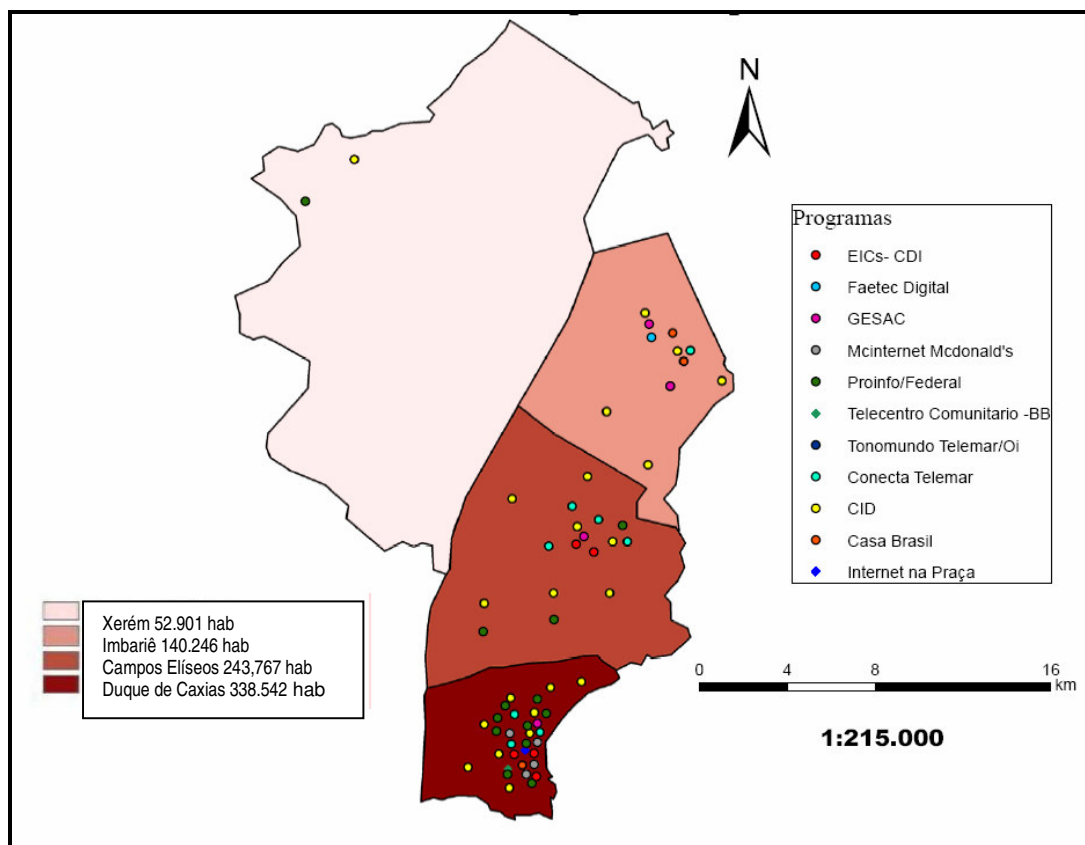
I) Programa Conecta – O programa Conecta da OI/TELEMAR que atua em projetos (unidades de *Telecentros*) junto à rede pública de ensino. O programa conta com oito pontos no município.

J) Programa ProInfo – O Programa Nacional de Informática na Educação tem por objetivo promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. Conta com nove pontos no primeiro distrito, três no terceiro e um no quarto.

L) Telecentro Comunitário do Banco do Brasil – É um Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil, criado com o intuito de fornecer componentes de *Telecentros*, com capacitação aos monitores e articulação de parceiras, fomento e desenvolvimento local. Conta com um ponto no primeiro distrito.

O mapa quatro (04) ilustra a espacialidade dos pontos de inclusão digital no município de Duque de Caxias, segundo a sua divisão por distrito, que porventura segue espalhada de maneira desigual entre os quatros (04) distritos do município.

Mapa 4 – Divisão distrital dos pontos de inclusão digital no município de Duque de Caxias*



Organizado por: Giselma Pessoa, 2008.

* A acomodação dos pontos de inclusão digital no mapa, bem como os limites distritais ilustram a localização dos pontos de inclusão digital no município.

O mapa quatro (04) nos possibilita observar a diferentes espacialidade dos programas de inclusão digital, bem como a particularidades da inclusão digital entre os distritos do município. A disparidade da oferta de serviço em escala distrital revela a pulverização dos pontos e a maior densidade de oferta destes serviços no primeiro distrito e uma menor no quarto.

A disparidade referida no parágrafo acima está diretamente relacionada à densidade populacional inscrita para cada distrito, ou seja, a maior densidade de oferta de serviços deve-se à maior densidade populacional. No primeiro distrito contabilizamos um total de trinta e dois (32) pontos de inclusão digital, distribuídos para os 338.542 habitantes. No segundo (2º) distrito, temos uma queda no número de pontos de inclusão digital (17 PIDs), talvez não por acaso, o seu número de habitantes (243.767 hab) seja bem menor que o primeiro (1º) distrito. O terceiro (3º) distrito contabiliza onze pontos, distribuídos para os 140.246 habitantes. No quarto há uma queda acentuada no total de pontos de inclusão (02 PIDs) e também no número populacional, no distrito de Xerém temos (em relação aos demais distritos) apenas 52.901 habitantes.

Como podemos perceber no tópico anterior, o Professor Dr. Ricardo Simões descreve a existência de uma segregação social no município, apontando a precariedade de serviços nos distritos mais afastados do centro, para Britto (1998, p. 15), ao descrever a evolução dos serviços de saneamento na Baixada Fluminense, a autora revela que a carência destes atinge de forma mais aguda os bairros mais populares. O quadro dezesseis (16) ilustra a discrepância de políticas públicas por distritos no município de Duque de Caxias.

Quadro 16 – Políticas Públicas de ensino, saúde e saneamento básico nos distritos do município de Duque de Caxias.

Distritos	Estabelecimento de ensino Municipal **	Estabelecimento de ensino Estadual****	Unidades de Saúde **	% de domicílios com instalação sanitária*	% com abastecimento de água*
1º Duque de Caxias	46 unidades	35 unidades	03 Hospitais Municipais 02 UPAs*** 12 Postos Saúde	77,36%	89,01%
2º Campos Elíseos	40 unidades	26 unidades	04 Postos 01 Hosp. Estadual	33,85%	70,39%
3º Imbariê	27 unidades	19 unidades	04 Postos	40,93%	46,30%
4º Xerém	21 unidades	6 unidades	01 Hosp. Mun. 01 Posto	23,86%	33,86%
Total no município	134 unidades	86 unidades	05 Hospitais 21 Postos Saúde 02 UPAs	56,36%	74,16%

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

* Dados extraídos do Censo Demográfico do IBGE de 1991, e trabalhado por Britto (1998, pp. 11-14) em seu artigo sobre a evolução dos serviços de saneamento na Baixada Fluminense.

** Dados tratados a partir do site da Prefeitura do município de Duque de Caxias⁵⁸

*** Unidade de Pronto Atendimento – UPA, administrado pelo governo estadual.

**** Dados tratados a partir do site da secretaria de educação do estado do Rio de Janeiro⁵⁹

O quadro acima nos possibilita observar que a oferta de políticas públicas dentre os distritos ocorre de maneira desigual e que o oferecimento destas políticas acontece com maior proporção no primeiro distrito e menor nos demais, consecutivamente. Percebemos também esta rarefação na distribuição de Pontos de Inclusão Digital – PIDs entre os distritos, ilustrada no mapa anterior, o que nos possibilita salientar que a territorialidade das políticas de inclusão digital acompanham em linhas gerais as demais políticas do município.

⁵⁸Sítio: <http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> Último acesso em 10/08/2008.

⁵⁹Sítio: <http://www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?tipo=secao&dscsecao=Escolas> Último acesso em 10/08/2008.

É salutar apontar que, dentre as políticas de inclusão digital supracitadas, atuantes no município, o mesmo participa do projeto *Baixada Digital*, um projeto que visa distribuir gratuitamente uma rede sem fio “wi-fi” para a região.

O projeto *BAIXADA DIGITAL* no município.

O projeto “*Baixada Digital*” é um programa que visa à implantação de uma rede de Internet em banda larga sem fio gratuita “wi-fi”⁶⁰ na região da baixada fluminense. Esta teia digital proverá acesso à Internet sem fio as unidades públicas da região: centros de saúde; unidades de ensino; *Telecentros*; entre outros.

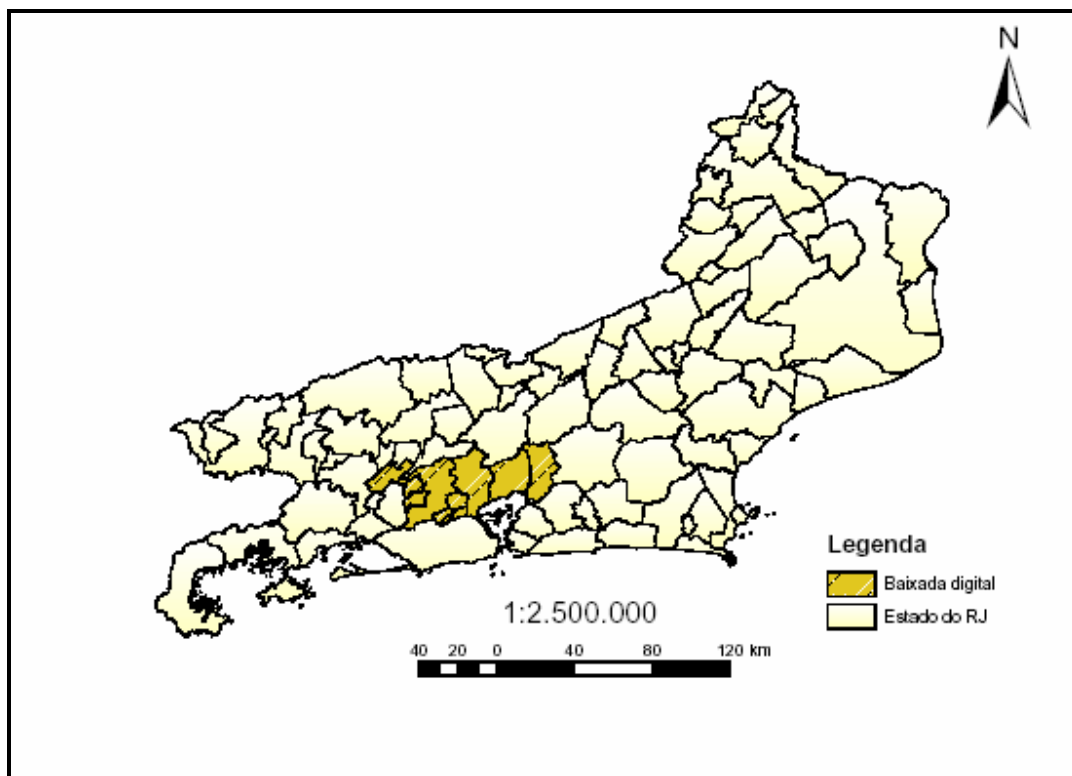
Segundo o boletim da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro-FAPERJ⁶¹, o projeto⁶² alcançará os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Magé, Guapimirim, Queimados, Japeri e Paracambi, somando um total de onze municípios. Neste contexto, o projeto ocupará uma área de: 2.257,1 Km², atingindo atualmente um total de população residente de 3.464.247 (segundo dados do Centro de Informações e Dados Estatísticos – CIDE de 2005) habitantes, composto em sua totalidade (100%) de municípios metropolitanos, ver mapa cinco (05).

⁶⁰A terminologia “Wi-Fi” é uma abreviatura *wireless fidelity* (fidelidade sem-fio), marca licenciada originalmente pela Wi-Fi Alliance descreve a tecnologia de redes sem fios baseadas no padrão 802.11, padrão definido no ano de 1990, pela o *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE).

⁶¹Guedes Freitas - Jornalista da Assessoria de Comunicação Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Sítio da FAPERJ: http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=4270 Último acesso em 11/08/2008.

⁶²O agrupamento de municípios vislumbrado pelo programa *Baixada Digital* destoa da regionalização proposta pelo SEDEBREM para Baixada Fluminense, deixando de fora os municípios de Seropédica e Itaguaí.

Mapa 5 – Área de atuação do Programa *Baixada Digital* no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Programa *Baixada Digital*.
Organizado por: Giselma Pessoa, 2008.

O programa deveria ter-se iniciado no segundo (2º) semestre deste de 2008, o que até presente momento não se constitui como fato. A obscuridade dos fatos e da proposta de ação prescrita pelo programa, como, por exemplo, as unidades atendidas pelo programa em cada município, a proposta de inclusão digital que precede o programa, bem como a interlocução com projetos de inclusão digital municipais, ainda não estão dispostos gratuitamente para o vislumbre da sociedade atingida pelo projeto. Os fomentadores do programa, neste caso, o governo do estado, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a Universidade Federal Fluminense – UFF e a Associação Estadual de Municípios do Rio de

Janeiro – AEMERJ, discorrem sobre o programa de maneira muito pontual, em sites registrados e na mídia em geral, descrevendo apenas o custo⁶³ do projeto e o período para implementação: “A proposta do programa Estadual de Cidades Digitais é integrar todos os municípios do estado por meio da Internet. A previsão é atender todo estado em 18 meses, com investimentos de R\$ 40 milhões”.

Segundo a AEMERJ, o projeto *Baixada Digital* é parte do programa Estadual de Cidades Digitais. O conceito de Cidade Digital tratado por Tacman (apud ISHIDA, 2002, pp. 104-105) é entendido como sendo uma cidade que integra informações urbanas em tempo-real, criando espaços públicos para os cidadãos e é o que, porventura, propõe o governo do Estado do Rio de Janeiro com este projeto, que visa atender a região da baixada com uma política de inclusão digital bem próxima da postulada pelo programa Pirai Digital⁶⁴, programa que se configura como um bom exemplo de inclusão social para o país (PIRES, 2007, p. 12):

É necessário também cultivar e disseminar, no território, o legado deixado por experiências locais que favorecem a promoção de soluções e alternativas de políticas sociais de inclusão digital, como foram os casos dos municípios de Pirai, no Estado do Rio de Janeiro, e de Sud Mennucci no Estado de São Paulo.

No caminhar de uma proposta maior com a apresentada pelo programa *Baixada Digital* o Governo do Estado do Rio de Janeiro, inaugurou, no dia 22 de julho de 2008, alguns *hotposts*⁶⁵ público em uma “área piloto” no Bairro de Copacabana, escolhida principalmente em função do seu potencial turístico⁶⁶, já em funcionamento. A rede está disponível em uma parte da praia, mas

⁶³Sítio: <http://www.aemerj.org.br/aemerj/constitucional/noticia.asp?iId=80405> Último acesso em 18/05/2008.

⁶⁴Sítio: <http://www.agencia1.com.br/piraidigital/page/tecnologia.asp> Último acesso em 09/07/2008.

⁶⁵ “Um *hotspot* é um ponto de acesso sem fio onde os usuários podem conectar a uma rede ou internet. Geralmente, eles são encontrados em locais públicos e podem ser acessado, contato que os dispositivos dos usuários (*laptops*, *PDA*s, *notebooks*, etc) possuam *chipsets* (ou placas) WI-FI.” (LEMOS, 2007, pp. 51-52)

⁶⁶Sítio: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u424821.shtml> Último acesso em 28/07/2008.

até o final do ano o governo estadual afirma que o acesso será dado em toda orla do bairro. É importante descrever que o anuncio do prazo para implementação de ambos os projetos propalados pelo governo estadual para uma rede “*wi-fi*” no bairro de Copacabana e na Baixada Fluminense já se tornou sem efeito, o que vemos até (o presente) momento é ação pontual do programa na orla de Copacabana e a inexistência do programa *Baixada Digital*.

3.4 A espacialidade dos *Telecentros* e das *Lan Houses* no município de Duque de Caxias.

No sub-capítulo acima pudemos perceber a pulverização da oferta de serviço – políticas públicas – em escala distrital, assim como os pontos de inclusão digital. Cabe então saber se a espacialidade dos centros públicos de acesso à Internet, sobretudo os centros pagos, ocorrem com a mesma intensidade.

A territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet, tema desta dissertação, prescreve com base nas normas jurídicas no qual o território se concebe. Antas Jr (2005, p.60) descreve que a norma para geografia pode ser vista como um resultado harmônico entre os objetos e ações que constituem o espaço geográfico, como decorrência da indissociabilidade entre configuração territorial e uso do território. Tal aspecto já tencionado no primeiro capítulo, a partir da leitura de Santos (2006, pp. 228-232) acerca do território, re-afirma a perspectiva da territorialidade concebida ao tratamento do objeto sob análise.

Lan House* e *Cybercafé

A ação dos centros públicos de acesso à Internet pagos (*Lan Houses* e *Cybercafés*) nos municípios fluminenses está submetida à lei de nº 4.782, e as implementações destes centros nos municípios fluminenses provêm de um alvará municipal que é supervisionado pela Secretaria de

Fazenda/ Receita e fiscalização de tributos de cada município. Daí o problema de quantificar o total de “centros pagos” dentro do estado.

No município em análise, a Secretaria de Fazenda/Receita e a Secretaria de Fiscalização de Tributos atribuem às atividades dos centros públicos de acesso à Internet pagos (*Lan Houses e Cybercafés*) ao código de atividade nº 50.15.00 – a condição de estabelecimentos com Jogos de Diversão⁶⁷, no setor e segmento: 07 – Prestação de Serviços.

O quantitativo total de *Lan Houses e Cybercafés* pesquisadas no município em análise se baseou sob os preceitos sucitados no parágrafo acima, que fiscaliza estes estabelecimentos comerciais sobre um prisma legal, ao comando do código supracitado. De forma que, empreendimento que (estiver) alocado no código geral de Serviços Gerais – nº 41.99.00, não (terá sido) mapeado pela pesquisa, em primeiro lugar, por não se enquadrar no cadastro ao código de atividade nº 50.15.00 destinado a *Lan Houses e Cybercafés*⁶⁸; e, em segundo lugar, por não atuarem em consonância com a lei nº 4.782.

Observamos no quadro dezessete (17) a listagem geral dos estabelecimentos regidos pelo código municipal nº 50.15.00, que descreve a existência de vinte e um (21) estabelecimentos no município. A listagem afere a Razão Social, o tipo de atividade e a distribuição geográfica por distritos.

⁶⁷ Foi desprezado da listagem geral do código de atividade nº 50.15.00 os estabelecimentos que se configuravam apenas como Fliperamas e demais atividades correlatas.

⁶⁸ A Lei municipal de nº 1664/2002 legitima ação das *Lan Houses* no código de atividade nº 50.15.00.

Quadro 17 – Listagem das *Lan Houses* e *Cybercafés* no município de Duque de Caxias

	Razão Social	Tipologias	UA
1	L. R.L Serviços de Informática	<i>Lan House</i> /Curso de Informática / Fliperama	1°
2	Carvalho e Otaviano Jogos Eletrônicos	<i>Lan House.</i>	1°
3	R2 Parrini's Lan House	<i>Lan House</i> / Loja de Conveniência / Fliperama	1°
4	Virtua Family Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i> / Fliperama	1°
5	Júnior & Jaqueline Rio's Lava Jato	<i>Lan House</i> / Lava Jato	1°
6	A. Azevedo Maia Informática	<i>Lan House</i>	1°
7	BILAC de Caxias Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i>	1°
8	Mauricio C Silva Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i>	1°
9	A.S. Penedo Games & Locadora de Vídeo	<i>Lan House</i> / Locadora de Vídeo	1°
10	Return Jogos	<i>Lan House</i>	1°
11	N L R 620 Lan House	<i>Lan House</i> / Bar / Fliperama	1°
12	Kamy Komy Bar	<i>Lan House</i> / Bar	1°
13	J E Estrela Jogos Eletrônicos	<i>Lan House</i>	1°
14	FYPPERAN	<i>Lan House</i> / Fliperama	1°
15	MJDV Informática	<i>Lan House</i> / Comércio de Informática	1°
16	Gilberto Lan House	<i>Lan House</i> / Fliperama	2°
17	Conexão Total Internet e Jogos	<i>Lan House</i>	2°
18	BIG BROTHER Locadora de Filmes	<i>Lan House</i> / Locadora de Vídeo	2°
19	Alessandra da Silva	<i>Lan House</i>	3°
20	Blazer Lan House	<i>Lan House</i>	3°
21	Cecília Izabel	<i>Lan House</i>	3°

Fonte: Secretaria de Fazenda/ Receita Secretaria e fiscalização de tributos de Duque de Caxias (Julho de 2008).

Organizado por: SANTOS FILHO, Sidney Cardoso, 2008.

Segundo a inscrição municipal (código de atividade nº 50.15.00 e setor e segmento: 07 – Prestação de Serviço), as vinte e uma (21) *Lan Houses* estão distribuídas nos três primeiros distritos do município (1° Duque de Caxias; 2° Campos Elíseos; 3° Imbariê). O primeiro distrito abarca o maior número de empreendimentos comerciais, total quinze (15) *Lan Houses*. O segundo distrito contempla um número bem menor que o apresentado no 1° distrito, totalizando três (03) *Lan Houses*. O terceiro distrito contabiliza a mesma quantidade que o segundo distrito. O quarto distrito do município (Xerém) não apresenta nenhum estabelecimento registrado.

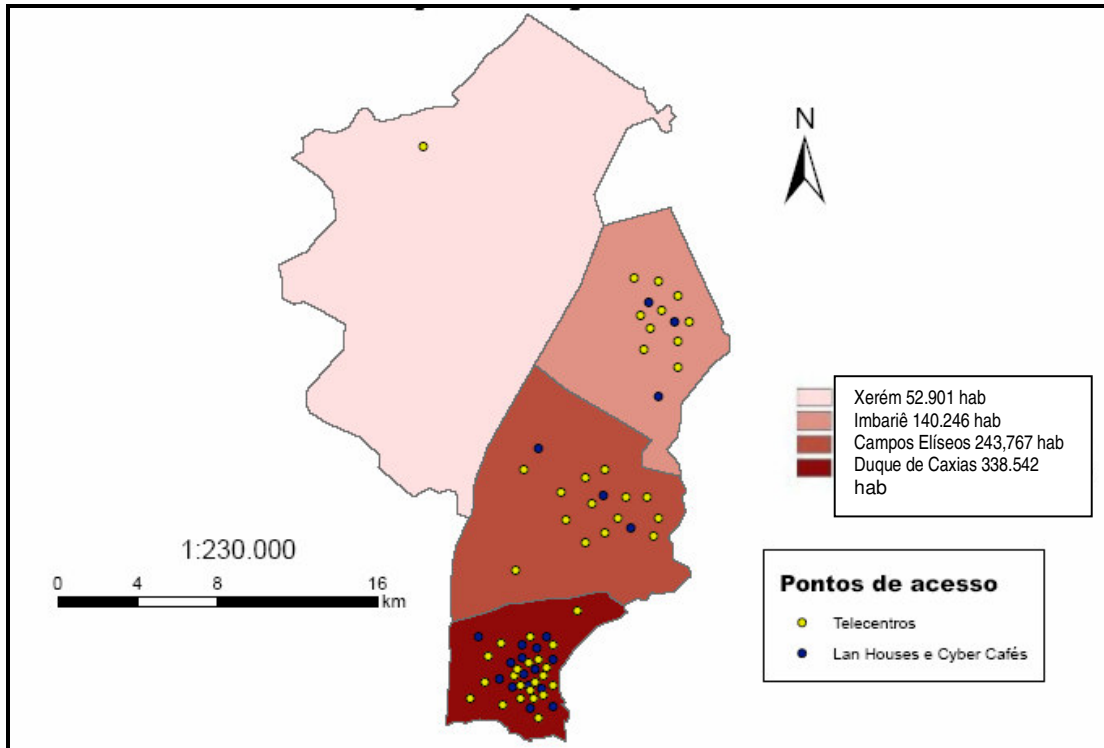
O quadro dezessete (17) ilustra, além da atividade de *Lan House*, outras tipologias que atuam mescladas com a atividade de *Lan House*. As tipologias mescladas às *Lans* aferidas pela pesquisa foram: a atividade de locadora de vídeo, bar, fliperama, lava jato, loja de conveniência, curso de informática e comércio de informática. Dentre o total de *Lans* (21 unidades) pesquisadas, onze apresentam mais de uma função, demonstrando assim o seu caráter volátil, conseqüentemente um dos fatores que demonstram as múltiplas funcionalidades destes centros.

Telecentros

Quando abordamos o panorama dos programas de inclusão digital no município de Duque de Caxias, contabilizamos o total de pontos de inclusão digital (62 PIDs) no município, assim como o total de unidades de *Telecentros* (47 unidades). Dos trinta e dois (32) pontos de inclusão digital do primeiro (1º) distrito, vinte e dois (22) são *Telecentros*, no segundo (2º) distrito este número se reduz quase à metade: dos dezessete (17) pontos de inclusão digital, quatorze (14) são *Telecentros*. Esta discrepância se acentua ainda mais quando se avança para os distritos mais interioranos do município, no terceiro (3º) distrito, por exemplo, temos a presença de onze (11) pontos de inclusão digital, sendo dez (10) unidades de *Telecentros*. No quarto (4º) distrito, dentre os dois pontos de inclusão digital, apenas um é *Telecentro*.

A divisão distrital possibilita ilustrar a territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet no município de Duque de Caxias, uma regionalização, que, aliás, nos possibilita observar as espacialidades particulares dos centros públicos de acesso à Internet entre os distritos do município. O mapa seis (06) ilustra a espacialidade dos centros públicos, pagos e gratuitos, entre os quatro distritos do município.

Mapa 6 - Divisão distrital dos centros públicos de acesso no município de Duque de Caxias*



Organizado por: Giselda Pessoa, 2008.

* A acomodação dos pontos de inclusão digital, bem como os limites distritais, ilustram a localização geográfica no município.

Numa breve análise do mapa acima, observamos que a disparidade da oferta de serviços em escala distrital revela a pulverização dos centros públicos e a maior densidade de oferta destes serviços no primeiro distrito e uma menor no quarto. Observa-se ainda que a pulverização das *Lan Houses* acompanha a pulverização dada pelos *Telecentros* nos distritos e que o quantitativo de *Lan Houses* registradas não é superior ao número de *Telecentros*. Ora, mesmo no município que apresentou maior ação pública territorial, dentre as iniciativas de inclusão digital de todos os municípios metropolitanos (excluída a metrópole), podemos perceber que o total de *Lan Houses* registradas fez-se significativo.

Podemos concluir, neste sentido, que a presença de unidades de *Telecentros* não supre a demanda por serviços digitais, ou seja, mesmo nos distritos onde se vislumbra a presença de

Telecentros, as *Lan Houses* se fazem presente. O quarto distrito é único entre os demais que não apresenta nenhuma *Lan House* registrada, distrito que, aliás, apresenta apenas um centro público de acesso à Internet. A existência de *Lan Houses* sem registro no município não se configurou como objeto desta pesquisa.

O presente capítulo buscou exemplificar a ação dos centros públicos de acesso à Internet, e foi percebida que a espacialidade destes centros se dá nas áreas de maior densidade populacional, na medida que observamos uma maior concentração de centros públicos nos distritos mais adensados. Observou-se que a provisão de políticas públicas ainda é deficiente nos distritos mais afastados e/ou mais carentes. Nestes, a ação do poder público, no que tange às políticas de inclusão digital, está aquém das demandas, sendo que o caso mais grave de ausência de ação do poder público ocorre no quarto (4º) distrito, o distrito de Xerém.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A finalização de um trabalho não significa necessariamente o fim de uma pesquisa, nem tampouco as conclusões que obtivemos demonstram o fim da nossa análise sobre o objeto de estudo. Assim, os resultados aqui obtidos serão o ponto de partida para o desdobramento de futuras pesquisas.

Podemos afirmar que o presente trabalho contribui academicamente para o entendimento acerca da função social dos centros públicos de acesso à Internet no Brasil, e possibilita também a compreensão do que são os centros públicos de acesso e como estes são estruturados pela ação do poder público. Outro aspecto tratado nesta pesquisa foi a espacialidade dos centros públicos de acesso à Internet e o perfil de seus usuários.

Acreditamos que o papel da esfera pública, no tocante à inclusão digital brasileira, mesmo que em significativas linhas gerais, é, para maioria dos brasileiros, uma obra inacabada. Isto não se deve apenas ao volumoso contingente de cidadãos desprovidos de acesso à Internet, mas também aos que acabam, obrigatoriamente, tendo que servir-se de outros meios para incluir-se digitalmente.

O contato com o computador pessoal, a disponibilidade de acesso à Internet com qualidade é realidade para apenas uma pequena parcela da população, principalmente composta pelos grupos mais favorecidos economicamente. Podemos perceber, com este trabalho, que o acesso à Internet representa, para muitos brasileiros, o ato de sair de sua própria casa e dirigir-se ao centro público de acesso à Internet mais próximo, sobretudo, para os jovens de baixa renda.

Segundo dados do Programa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD de 2005, que mostra o acesso à Internet e posse do telefone móvel para uso pessoal, o número de usuários de Internet é de 32.109.939 (21% da população) brasileiros, entretanto, deste total, apenas 50%

dispõe de acesso em casa, e 36,3% deste acesso é provido com banda larga; portanto, o percentual de acesso à Internet residencial de qualidade é baixo, se pensarmos em um país de dimensões continentais. Compreendemos que existe a necessidade de uma maior inserção de políticas públicas, primeiramente, no barateamento do computador pessoal, e, como constatado no início do trabalho, tal programa já foi elaborado pelo governo federal. O programa “Computador para Todos”, porém, requer mais investimento, sobretudo, quanto ao uso de *software* livre, e em segundo lugar, ao barateamento do acesso com banda larga, já que o custo do uso de banda larga ainda é alto. Segundo a PNAD/2005, das casas que dispõem do acesso com banda larga, mais da metade (62,6%) é composta de uma renda mensal *per capita* acima de três (03) salários mínimos.

Os centros públicos de acesso à Internet disponibilizam o acesso a uma parcela da sociedade que não tem computador pessoal nem de *softwares* ou aplicativos para conexão. Diante das duas modalidades existentes de acesso à Internet, uma estabelecida pela gratuidade e outra pela mercantilidade, podemos perceber que os *Telecentros* são exemplos de políticas públicas de inclusão digital em todo o mundo, e que, no Brasil, estes possibilitam a inclusão de territórios precários digitalmente. Em contrapartida temos a atuação do Estado, que neste sentido demonstrou-se desigual, principalmente entre os estados da federação, sobretudo no que se refere ao impacto territorial de políticas públicas de inclusão digital para estados onde a média de acesso à Internet é menor que a média nacional.

A relação entre o poder público e o capital privado, evidenciado com a implementação de programas de inclusão digital como, por exemplo, o McInternet do McDonald's e o Programa Conecta/TELEMAR, ilustra a tênue relação existente entre ambos, e que a ação do Estado no processo de inclusão digital não se faz isolada, pois, os empreendimentos privados acabam por suprir a deficiência ou a ausência da ação do poder público nos territórios.

Já no estudo sobre a ação de *Lan Houses* e *Cybecafés*, como demonstrado no caminhar da presente pesquisa, pôde-se concluir que a ação do poder público, no que tange à provisão de política de inclusão digital, através da implantação de *Telecentros*, ainda é muito modesta. As *Lan Houses* e os *Cibercafés* constituem uma forma alternativa de inclusão digital para mais de 1/5 da população brasileira (21,9% de acesso no Brasil), enquanto os *Telecentros* correspondem a apenas 10% do acesso brasileiro, ou seja, os centros de acesso à Internet pagos auxiliam no processo de inclusão digital e são uma saída para aqueles que não dispõem do acesso em casa, ou não dispõem de acesso em centros públicos gratuitos no seu bairro. Cabe salientar que, quando o acesso resume-se às áreas urbanas (segundo dados da terceira edição da pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC EMPRESAS e TIC DOMICÍLIOS 2007, desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br), a relevância territorial dos “centros pagos” é ainda maior, pois estes respondem por 49% de todo acesso à Internet no Brasil.

O presente trabalho nos possibilitou concluir que tanto *Telecentros*, quanto *Lans* e *Cibercafés* propiciam o acesso à Internet aos grupos sociais menos favorecidos economicamente; à medida em que ofertam serviços para um público com um perfil sócio-econômico que quase se equivale. Desta forma, foi possível perceber indícios de um confronto territorial. No tocante ao caminho trilhado sobre a pesquisa do objeto em tela - no caso mais específico, as *Lan Houses* - o trabalho as entendeu como centros de acesso à Internet, não desprezando a sua articulação nociva com os jogos eletrônicos. As atribuições dadas às *Lan Houses*, apenas como casa de jogos, constituem uma visão reducionista sobre o objeto, visão que justifica a lei nº 4.782 no Estado do Rio de Janeiro. Entender que as *Lan Houses* possibilitam a inclusão digital de jovens de baixa renda reitera o significativo papel desempenhado pelos centros públicos de acesso à Internet pagos no processo de inclusão digital brasileiro (28% da população brasileira utiliza centros

públicos para conectar-se à Internet). Sorj & Guedes (2005, pp. 03-04) lembram que o método que mede as pessoas incluídas a partir do acesso em domicílio é alvo de críticas, já que em certos países, como é caso do Brasil, o número de centros de acesso coletivo é grande.

O município de Duque de Caxias, palco para exemplificação do temário em estudo, foi escolhido em função de sua grande representatividade econômica dentro da região metropolitana fluminense, e por apresentar baixos índices de desenvolvimento humano e de incluídos digitais.

Cumprido salientar que o município de Duque de Caxias dispõe também do maior número de pontos de inclusão digital dentre os seus congêneres metropolitanos, o município apresenta sessenta e dois (62) pontos de inclusão digital – PIDs, apenas superado pela capital fluminense. Pôde-se perceber a atuação das três esferas de governo na definição de ações de políticas de inclusão digital, como foram os casos dos programas: a) federais: GESAC, Casa Brasil, ProInfo e *Telecentro* Comunitário do Banco do Brasil; b) estaduais: FAETEC digital, Centro de Inclusão Digital – CID; c) municipal: Internet na Praça.

Podemos perceber que o número de políticas de inclusão digital ofertada pelos onze (11) programas no município é insuficiente e não inibiu a mercantilização do acesso à Internet, promovida pelas vinte e uma (21) *Lan Houses* registradas, cabe salientar que a presente pesquisa não considerou as *Lan Houses* sem registro, em função da sua territorialidade fugaz. Pôde-se perceber que as *Lans* têm-se atribuído cada vez mais novas funções sociais, como por exemplo, locadora de vídeo (A. S. Penedo Games & Locadora de Vídeo), lava jato (Júnior & Jaqueline Rio's Lava Jato) e comércio de informática (MJDV informática). Das vinte e uma (21) *Lan Houses* pesquisadas, onze (11) apresentam mais de uma função, atribuições que reforçam a idéia de que estes empreendimentos comerciais não podem ser mais tratados como depósito de jogadores juvenis.

A espacialidade dos centros públicos de acesso à Internet gratuitos no município de Duque de Caxias apresenta-se pulverizada entre seus distritos. Quando analisamos a distribuição distrital dos “centros gratuitos” constatamos que há maior atuação do poder público no primeiro distrito (Duque de Caxias) e menor nos demais, tal constatação deve-se à demanda de serviços de acesso à Internet no (1º) distrito, que abarca mais da metade dos pontos de inclusão digital do município. A distribuição geográfica dos “centros gratuitos” deveria dirigir-se também em direção aos bairros mais afastados da área central e mais precário socialmente. Pôde-se perceber a precariedade na oferta de ações de políticas públicas para o quarto (4º) distrito de Duque de Caxias, Xerém (conhecido em todo Brasil em função do sambista Zeca Pagodinho), no que tange a políticas de educação, saúde, saneamento básico, e principalmente a inclusão digital. O distrito em questão apresenta uma população de 52.901 habitantes e, contudo, dispõe de apenas um centro público de acesso à Internet. Conforme já foi demonstrado, o poder público municipal não atua nesta área com uma política de acesso à Internet à altura da expressão territorial da população desta área.

Um outro eixo interpretativo dos resultados diz respeito à ação e ao papel do poder público estadual. Salientamos que as políticas de inclusão digital na baixada fluminense, especialmente a política proposta pelo programa *Baixada Digital* não deve ser apenas uma falácia do discurso político, as prefeituras atingidas devem cobrar a execução do programa, à medida em que o programa promoveria à democratização do acesso à Internet.

Propor políticas de inclusão digital implica fomentar ações políticas voltadas à diminuição das desigualdades socioeconômicas existentes, não só entre os estados da federação, mas também no interior das grandes cidades. Significa também ampliar o papel dos centros públicos de acesso à Internet no tocante da inclusão digital brasileira.

Assim, constatamos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido a cerca da investigação. A respeito do tema dessa dissertação, a necessidade de maior atuação do Estado na elaboração de projetos de inclusão digital é cada vez mais premente, sobretudo para diminuição das desigualdades socioeconômicas. Enquanto esta ação não se concretizar, as *Lan Houses* e os *Cibercafés* continuarão sendo a alternativa real de acesso à Internet nos territórios mais precários da baixada.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Inplanrio/Zahar, 1988.

ALVES, Lynn. **Game Over: jogos eletrônicos e violência**. São Paulo: Futura, 2005.

ANTAS JR. Ricardo Mendes. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: FAPESP, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº-1/2006**. Jun. 2006.

BRASIL. PNAD, **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.Br. Brasília, 2005.

BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2007**. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. São Paulo, 2008. Sítio: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007/> Último acesso em 15/07/2008.

BRITTO, Ana Lúcia. A evolução dos Serviços de Saneamento na Baixada Fluminense. BRITTO, Ana Lúcia; PORTO, Hélio R. Leite (orgs.). **Serviços de Saneamento na Baixada Fluminense –**

problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR/ FASE, 1998.

CAMPOS, Andreino. “A sociedade do Improviso gera intervenções urbanas provisórias: algumas considerações sobre a expansão da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica dos segregados.”

In: CAMPOS, Andreino; SILVA, Catia Antonia da (orgs.). **Metrópole em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida.** Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2008.

CASSINO, João. Cidadania Digital: os Telecentros do município de São Paulo. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu; CASSINO, João. **Software livre e inclusão digital.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Espaço: um conceito-chave da Geografia” In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia Conceitos e Temas.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

DARELLI, Lúcio Eduardo. **Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis: 2002.

FERREIRA, José Rincon [et al.]. **Manual do gestor de Telecentros de Informação e Negócios:** orientações gerais. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2006.

FREITAS, Cláudia Guimarães Gonçalves. **Psicossomática e Tecnologia: Stress em jogadores de lan house.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2006.

GEIGER, Pedro P; SANTOS, Ruth L. **Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense.** Revista Brasileira de Geografia. Ano XVI, n ° 03, p. 292-293, julho-setembro 1954.

GUEDES, Luís Eduardo; SORJ, Bernardo. **Internet na Favela Quantos, quem, onde, para quê.** Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAMDAR, Mira. **Planeta Índia: A ascensão turbulenta de uma nova potência global.** Rio de Janeiro: Agir, 2008.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise.** Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

LEMOS, André. **Cidade Digital: portais, inclusão e redes no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2ªed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **Baixada Fluminense: Da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas.** Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 4 – nº 6, p.7-16, abr. 2006.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Games: contexto cultural e curricular juvenil.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. “Notas metodológicas sobre a metropolização e a metrópole paulistana” In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **Geografias das Metrópoles.** São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Rafael. da S. **Baixada Fluminense. Novos estudos e desafios.** Rio de Janeiro: Ed. Paradigma. 2004.

PEREIRA, Vanessa Andrade. **Na Lan House, “por que jogar sozinho não tem graça”:** Estudo das redes sociais juvenis on- e off-line. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2008.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Ciberespaço, Migração Digital e Acesso Livre à internet:** O caso das Redes "Wi-Fi" Municipais Brasileiras. In: Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica – Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales. Porto Alegre, 2007. Sitio: <http://cibergeo.org/artigos> Último acesso em 15/08/2008.

_____. **A Geografia da Internet e do Ciberespaço na América Latina.** In: Anais do 10º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. Sitio: <http://cibergeo.org/artigos> Último acesso em 15/08/2008.

RATZEL, Friedrich. **Géographie Politique.** Paris: Economica, 1988.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre o Espaço Fluminense: Estrutura e Transformações. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel. (orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual N°4.782 de 23 junho de 2006.**

RIO DE JANEIRO. **Projeto Repensar – I Curso de Capacitação das Comissões Municipais de Emprego.** CEPUERJ – Centro de Produção da UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

ROCHA, André Santos da; SANTOS FILHO, Sidney Cardoso. **Baixada fluminense, RJ: entre os rumos do desenvolvimento e o rótulo de “cidades-miséria”- algumas considerações.** In: Anais do VI Seminário de Pós-Graduação da UNESP – Rio Claro, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS FILHO, Sidney Cardoso. **A organização espacial das lan houses em Nova Friburgo**. In: Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição.

RIBEIRO, Miguel Ângelo.(orgs). **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti: Ecomuseu Fluminense, 2002.

SILVA, Jorge Candido da. **O programa nacional de informática na educação (proinfo) e o desafio da inclusão digital: um estudo de caso do proinfo/nte – Niterói**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense, Niterói 2005.

SILVA, Michéle Tancman Cândido. **A (ciber)geografia das cidades digitais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. “Inclusão Digital, software livre e globalização contra-hegemônica”
In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu; CASSINO, João. **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad/Editora do Brasil, 2003.

SIMÕES, Manuel Ricardo. **A cidade estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007

SORJ, Bernardo. **Brasil @ povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Brasília: Unesco, 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: Sobre Espaço e Poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia Conceitos e Temas**. 10ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, MarluCIA Santos da. **Imagens da cidade de Duque de Caxias**. Revista FEUDUC/CEPEA/PIBIC, nº 02, p. 35-52, set. 2000.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Senac, 2006.

ANEXO

LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI Nº 4.782, DE 23 DE JUNHO DE 2006.

PROÍBE A ABERTURA DE CASAS DE JOGOS DE COMPUTADORES, TAMBÉM CONHECIDAS COMO “LAN HOUSES”, A UMA DISTÂNCIA MENOR QUE 1 (HUM) MIL METROS DAS UNIDADES DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A Governadora do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica proibida a abertura de estabelecimentos comerciais voltados para a locação de máquinas de jogos de computador, denominados “lan houses”, a uma distância menor que 1 (um) mil metros das unidades de ensino de 1º e 2º graus, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - A não observância da presente Lei implicará no fechamento imediato do estabelecimento comercial.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de junho de 2006.